

# Diário do Legislativo de 20/04/2001

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

## SUMÁRIO

1 - CONCURSO PÚBLICO

2 - ATAS

2.1 - 232ª Reunião Ordinária

2.2 - Reuniões de Comissões

3 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissão

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

8 - ERRATA

## CONCURSO PÚBLICO

CONCURSO PÚBLICO – TÉCNICO DE APOIO/TAQUÍGRAFO - CÓD. 801

### RESULTADO DE PROVA

Os candidatos a seguir relacionados foram aprovados na prova a que se refere o item 6.1.2 do Edital nº 8/2000:

Inscrição	Nome	Nota
49513	Adriana Agostini de Resende	70,84
49572	Adriana Valente Federico	91,60
41805	Amarildo Rodrigues de Oliveira	65,16
49528	Angela de Almeida Rezende	72,76
44110	Christiana Maria Alves Machado	68,96
50494	Daniela de Paiva Ferreira	85,32

2746	Deborah Maria Michielini de Larroquet	84,00
------	---------------------------------------	-------

47759	Doralice de Sousa Lima	76,96
-------	------------------------	-------

46284	Fernanda Oliveira Nacif	67,24
-------	-------------------------	-------

709	Flavio Lucio Crespo Ribeiro	83,60
49558	Francisca de Alencar Andrade	84,40
2708	Helma Clark Hattler	80,20
3863	Heloisa dos Santos Terra	66,68
2233	Jeancely Cristiny Correia da Silveira	71,44
40008	Jose Ilege Cornelio Junior	68,76
47407	Junia Naves Dolabella Valle	67,44
50838	Leila Gandra Gomes	81,72
50496	Marcia de Paiva Ferreira	72,56
49530	Margareth Assis Lucena	83,24
47760	Maria Cristina do Amaral Rezende	63,24
3783	Maria Regina do Amaral Xavier	67,04
44419	Marina Carneiro Prates	97,32
4132	Rosana Cristina Wardil	64,40
49549	Tania Quintao de Lima	69,92
2320	Thais Maria Siqueira de Carvalho	80,76

## ATAS

ATA DA 232ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 18/4/2001

Presidência do Deputado Wanderley Ávila

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Ofícios - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 1.496 e 1.497/2001 - Requerimentos nºs 2.131 a 2.135/2001 - Requerimentos dos Deputados Márcio Cunha e Fábio Avelar - Comunicações: Comunicações do Deputado Marcelo Gonçalves e das Comissões do Trabalho e de Meio Ambiente - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados João Pinto Ribeiro, Durval Ângelo, Edson Rezende, Sargento Rodrigues e Hely Tarquínio - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Leitura de Comunicações - Votação de Requerimentos: Requerimento do Deputado Fábio Avelar; aprovação - Requerimento do Deputado Djalma Diniz; deferimento; discurso do Deputado Irani Barbosa - Requerimento do Deputado Cabo Morais; deferimento; discurso do Deputado Pastor George - Requerimento do Deputado Paulo Pettersen; deferimento; discurso do Deputado Márcio Cunha - Questões de ordem - Encerramento - Ordem do dia.

### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio - Adelino de Carvalho - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Anderson Aduato - Antônio Genaro - Bené Guedes - Bilac Pinto - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dílzon Melo - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Durval Ângelo - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Mauro Lobo - Miguel Martini - Pastor George - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Rêmolo Aloise - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Wanderley Ávila) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado João Leite, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O Deputado Márcio Cunha, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Henrique Hargreaves, Secretário da Casa Civil, (8), informando, em resposta aos Requerimentos nºs 1.971, 1.972 e 1.973/2001, do Deputado Geraldo Rezende - referentes a ampliação e reforma das cadeias públicas dos Municípios de Centralina, Tupaciguara e Campina Verde, respectivamente -, que o assunto foi encaminhado à Secretaria da Justiça, para exame (- Anexe-se, aos Requerimentos nºs 1.971, 1.972 e 1.973/2001); informando, em resposta ao Requerimento nº 1.872/2001, da Comissão de Política Agropecuária - relativo à implementação das medidas previstas na lei que instituiu o Fomentar Terra -, que o assunto foi encaminhado à Secretaria de Agricultura, para exame (- Anexe-se ao Requerimento nº 1.872/2001.); comunicando, em atenção ao Requerimento nº 1.905/2001, do Deputado Glycon Terra Pinto - pedindo a regulamentação da lei que dispõe sobre a assistência à saúde reprodutiva -, que o assunto foi encaminhado à Secretaria da Saúde, para exame (- Anexe-se ao Requerimento nº 1.905/2001.); informando, em resposta ao Requerimento nº 1.925/2001, do Deputado Gil Pereira - solicitando um programa emergencial para atendimento dos pequenos e microprodutores rurais do Norte de Minas -, que o assunto foi encaminhado à CEDEC, para exame (- Anexe-se ao Requerimento 1.925/2001.); comunicando, em atenção ao Requerimento nº 1.993/2001, do Deputado Geraldo Rezende - pedindo a retomada das obras de pavimentação da MGT-497, no trecho Campina Verde-Iturama -, que o assunto foi encaminhado à Secretaria de Transporte, para exame (- Anexe-se ao Requerimento nº 1.993/2001.); comunicando, em atenção ao Requerimento nº 1.997/2001, da Comissão de Direitos Humanos - pedindo providências relacionadas às denúncias feitas por Francisco de Paula Fialho Júnior e Joel Dias dos Santos -, que o assunto foi encaminhado ao Comando-Geral da PMMG, para exame (- Anexe-se ao Requerimento nº 1.997/2001.).

Do Sr. Marco Antonio Marques de Oliveira, Secretário de Transportes e Obras Públicas, em atenção ao Requerimento nº 1.897/2001, do Deputado Dimas Rodrigues (asfaltamento de trecho da rodovia que liga os Municípios de Mato Verde e Santo Antônio do Retiro), comunicando que o pedido foi enviado ao Diretor-Geral do DER-MG, para análise.

Do Sr. Murílio de Avellar Hingel, Secretário da Educação, prestando informações referentes a recursos destinados ao Programa de Alimentação Escolar 2001. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. José Carlos de Oliveira Teixeira, Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora, encaminhando cópias dos relatórios de auditorias realizadas nessa instituição. (- À CPI da Saúde.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 1.496/2001

Declara de utilidade pública a Associação de Assistência a Alcoólatras e Toxicômanos – Grupo Nova Vida, com sede no Município de Coromandel.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Assistência a Alcoólatras e Toxicômanos – Grupo Nova Vida, com sede no Município de Coromandel.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de de 2001.

Antônio Andrade

Justificação: A referida entidade tem por finalidade apoiar e prestar assistência a alcoólatras e toxicômanos, visando sua recuperação. Para tanto, pretende criar uma Casa de Triagem e uma fazenda.

Dispensável, portanto, mencionar a importância que uma associação como essa representa para o Município de Coromandel e seus moradores.

Pela importância do projeto, contamos com o apoio de nossos ilustres pares para sua aprovação.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Projeto de Lei Nº 1.497/2001

Proíbe que as empresas de concessão de serviços públicos de água, luz e telefonia façam o corte do fornecimento residencial de seus serviços por falta de pagamento de contas em dias específicos e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - As empresas de concessões de serviços públicos de água, luz e telefone ficam proibidas de cortar o fornecimento residencial de seus serviços, por falta de pagamento de suas respectivas contas, às sextas-feiras, sábados, domingos e feriados e no último dia útil anterior a feriado.

Art. 2º - Ao consumidor que tiver suspenso o fornecimento nos dias especificados no artigo anterior fica assegurado o direito de acionar judicialmente a empresa concessionária por perdas e danos, além de ficar desobrigado do pagamento do débito que originou o referido corte.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 16 de abril de 2001.

Márcio Kangussu

Justificação: O projeto em tela tem o objetivo de impedir que o consumidor, usuário dos serviços públicos de água, luz e telefone, tenha interrompido o fornecimento residencial desses serviços durante os finais de semana e feriados, por estarem, efetiva ou supostamente, em atraso com o pagamento de suas contas.

Para alguns pode parecer que com essa medida estejamos incentivando a prática da inadimplência. Não é verdade, muito pelo contrário. Todos sabemos que as empresas que detêm as concessões desses serviços mantêm, nos finais de semanas e feriados, apenas um pessoal mínimo em regime de plantão. Ademais, como o pagamento pode ser feito fora da rede bancária, o cotejamento das informações referentes às contas vencidas com as já quitadas pode não traduzir a verdade do momento em que está ocorrendo a decisão do corte do fornecimento.

Em vista disso, o corte, nessa circunstância, além de injusto, acaba deixando o consumidor sem o serviço durante todo um final de semana ou feriado, uma vez que as empresas, apesar de toda a tecnologia e agilidade que possuem, não dispõem, nesses dias, de pessoal em número suficiente para efetuarem a religação.

Mesmo aqueles que de fato estão em atraso e que tenham sofrido o desligamento do fornecimento de água, luz ou telefone, se optarem por liquidar suas contas nos pontos credenciados (agências lotéricas, correios etc.) não têm como provar, perante a empresa em questão, a quitação do débito pela mesma razão já exposta, ou seja, a transmissão das informações não são processadas "on line".

As conseqüências, nas duas situações, são lesivas aos consumidores, uma vez que a interrupção dos serviços abrange um período prolongado. No caso específico do corte de luz, existem prejuízos e desconforto, como a deterioração de alimentos e a falta de segurança para toda a família.

Conto com o apoio e a solidariedade dos nobres Deputados para aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

#### REQUERIMENTOS

Nº 2.131/2001, do Deputado Miguel Martini, solicitando seja enviado ao Presidente da COPASA-MG informações a respeito dos índices de aumento de tarifas nos exercícios de 2000 e 2001, incluindo-se planilhas de estudos prévios e justificativas.

Nº 2.132/2001, do Deputado Miguel Martini, solicitando seja enviado ao Presidente da CEMIG informações a respeito dos índices de aumento de tarifas nos exercícios de 2000 e 2001, incluindo-se planilhas de estudos prévios e justificativas. (- Distribuídos à Mesa da Assembléia.)

Nº 2.133/2001, do Deputado Miguel Martini, solicitando seja formulado apelo ao Secretário da Fazenda com vistas a que autorize a admissão de laudos médicos emitidos por peritos médicos pertencentes ao SUS, na instrução dos processos de reconhecimento de isenção ou imunidade do IPVA, quando inexistir no domicílio do requerente a Comissão de Exames Especiais do DETRAN-MG. (- À Comissão do Trabalho.)

Nº 2.134/2001, da Comissão de Política Agropecuária, solicitando seja encaminhada ao Ministro da Agricultura a proposta de liberação parcial do café dado em garantia do custeio e da colheita na safra de 1999 e 2000. (- À Comissão de Política Agropecuária.)

Nº 2.135/2001, do Deputado Edson Rezende, solicitando seja formulado apelo ao Ministro da Secretaria Especial do Desenvolvimento Urbano com vistas à inclusão do Município de Belo Horizonte no Programa Brasil Legal. (- À Comissão de Assuntos Municipais.)

Do Deputado Márcio Cunha, solicitando seja constituída comissão de Deputados para compor a Frente Ampla de Parlamentares Federais (Deputados e Senadores) e Vereadores de Belo Horizonte, que pleiteiam a inclusão do Município de Belo Horizonte e outros no Programa Brasil Legal. (- À Mesa da Assembléia.)

- É, também, encaminhado à Mesa requerimento do Deputado Fábio Avelar.

- São, também, encaminhadas à Mesa comunicações do Deputado Marcelo Gonçalves e das Comissões do Trabalho e de Meio Ambiente.

#### Oradores Inscritos

- Os Deputados João Pinto Ribeiro, Durval Ângelo, Edson Rezende, Sargento Rodrigues e Hely Tarquínio proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 1ª Fase

##### Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Esgotada a hora destinada a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

#### Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões do Trabalho - aprovação, na 57ª Reunião Ordinária, dos Projetos de Lei nºs 1.356/2001, do Deputado Sebastião Costa; 1.408/2001, do Deputado Sebastião Navarro Vieira; 1.412/2001, do Deputado Gil Pereira, e 1.417/2001, do Deputado Ermano Batista, e do Requerimento nº 2.100/2001, dessa Comissão; e de Meio Ambiente - aprovação, na 55ª Reunião Ordinária, dos Requerimentos nºs 2.041/2001, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.077/2001, do Deputado Cabo Morais, e 2.092/2001, do Deputado Fábio Avelar (Ciente.Publique-se.).

#### Votação de Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento do Deputado Fábio Avelar, em que solicita seja encaminhada aos Drs. Emílio Humberto Carazzai Sobrinho, Presidente da Caixa Econômica Federal, e Homero Ferreira Diniz, Superintendente Institucional da Caixa Econômica Federal, requerimento solicitando seja, em caráter de urgência, formalizada resposta relativa à adesão da COHAB-MG ao Programa de Novação previsto na Lei Federal nº 10.150, de 21/12/2000. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Vem à Mesa requerimento do Deputado Djalma Diniz, em que solicita a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno, para, nos termos de seu § 1º, transferi-la ao Deputado Irani Barbosa. A Presidência defere o requerimento e fixa para o orador o prazo de 30 minutos. Com a palavra, o Deputado Irani Barbosa.

- O Deputado Irani Barbosa profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Cabo Morais, em que solicita a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno, para, nos termos de seu § 1º, transferi-la ao Deputado Pastor George. A Presidência defere o requerimento e fixa para o orador o prazo de 15 minutos. Com a palavra, o Deputado Pastor George.

- O Deputado Pastor George profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Paulo Pettersen, em que solicita a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno, para, nos termos de seu § 1º, transferi-la ao Deputado Márcio Cunha. A Presidência defere o requerimento e fixa para o orador o prazo de 15 minutos. Com a palavra, o Deputado Márcio Cunha.

- O Deputado Márcio Cunha profere discurso, que será publicado em outra edição.

#### Questões de Ordem

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, estamos com o horário avançado e vemos que não há quórum qualificado para votação. Mas gostaria, também, de dizer que o Deputado Márcio Cunha trouxe um tema muito importante, que vem sendo discutido - a ausência de Belo Horizonte no plano do Governo Federal. Há dois anos, acompanhei a proposta da Prefeitura relativa à despoluição da Lagoa da Pampulha. Pelo fato de Belo Horizonte ter apresentado um projeto bem aquém daqueles apresentados por outras cidades brasileiras, perdeu o financiamento do banco japonês. Perdeu para São Luís. Lamentavelmente, agora, novamente, não apresenta um projeto para receber esses recursos.

Queria falar do apreço que tenho pelo Deputado Márcio Cunha, com quem convivi na Câmara Municipal de Belo Horizonte, quando éramos Vereadores. Dos muitos temas importantes de que tratou, quero salientar o anel rodoviário, porque me lembro de sua luta relacionada a essa questão. Quero ser solidário com as questões que colocou. Se a Prefeitura não fez algo, os Vereadores, os Deputados Federais e Estaduais e Senadores devem lutar para que Belo Horizonte seja incluída, apesar de não haver projeto.

Embora a lei orgânica tenha dado um prazo para que Belo Horizonte regularizasse suas áreas de vilas e favelas e as colocasse em condições, isso não foi feito até hoje. A todo o momento, vemos uma distância muito grande entre o discurso de Belo Horizonte e a prática. O discurso é social, mas a prática não, porque não temos ainda esses terrenos de vilas e favelas regularizados.

Sou favorável que se instale no País a CPI da Corrupção. O Ministério dos Transportes, responsável pelo anel rodoviário, está ligado ao Ministério do PMDB. Belo Horizonte está ausente desse plano. O Ministro De Ângelis também é do PMDB. Eu, Deputado do PSDB, sou favorável à instalação da CPI. Tem que se apurar tudo, sim. É uma vergonha o que aconteceu no Senado. A violação do painel do Senado é inaceitável.

Nesta tarde, Sr. Presidente, estou encaminhando um pedido à Mesa, para que, imediatamente, crie uma resolução a fim de que, na Assembléia Legislativa de Minas, extinga-se a votação secreta; que, em todos os momentos, a votação seja aberta, para que o povo reconheça os Deputados e veja como estão votando as diversas matérias. Estou solicitando isso à Mesa porque possui as prerrogativas de iniciar esse processo.

Espero que seja instalada a CPI da Corrupção; espero, apesar da falta de planejamento e projeto de Belo Horizonte, que o Ministro De Ângelis, do PMDB, e o Ministro dos Transportes possam atender à população da nossa cidade e da Grande BH, tão necessitada; espero que o Senado, hoje presidido pelo PMDB, possa explicar à Nação o incômodo que todos sentimos, como parlamentares, pela violação do painel eletrônico do Senado da República. Muito obrigado.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, primeiramente, quero dizer que, em relação à CPI da Corrupção, tirando os discursos políticos, funcionaria muito mais se as Casas Legislativas, das Municipais à Federal, incluindo o Poder Legislativo, cumprissem a sua função fiscalizadora. É lamentável o que acontece, por exemplo, em Belo Horizonte; o Prefeito tem total domínio da Câmara. Os Vereadores que querem investigar e cumprir o seu papel fiscalizador não conseguem, devido ao domínio e ao poder concentrados nas mãos, neste caso, do Prefeito e do Vice-Prefeito de Belo Horizonte.

Quero dizer que, como a Câmara não funciona em Belo Horizonte, estamos aguardando uma resposta do Ministério Público, porque, enquanto morador e parlamentar votado em Belo Horizonte, queremos satisfações sobre as obras feitas na cidade, principalmente as da Lagoa da Pampulha, envolvendo a Andrade Gutierrez. Estamos aguardando outros dados, para denunciar, por exemplo, a dívida absurda da Prefeitura com a Andrade Gutierrez, que foi negociada com um valor altíssimo.

O Poder Legislativo - falamos isso como Presidente da UNALE - delegou essa competência fiscalizadora para o Ministério Público e o Tribunal de Contas. Nós, legisladores, nos omitimos muito em relação a isso. Por exemplo, acompanhamos sempre o fato depois que acontece, ao passo que, como Poder Legislativo, deveríamos estar fiscalizando permanentemente os órgãos do Poder Executivo. Se a Câmara e o Senado tivessem agido dessa forma, certamente, o escândalo da SUDAM não estaria nas manchetes no nível de corrupção em que está hoje. Esse é o caso, também, da SUDENE e de tantos outros atos de corrupção.

O grave problema do País é a corrupção, e o Presidente da República, estrategicamente, errou, pois deveria ter sido o primeiro a exigir que se assinasse essa CPI, para mostrar onde está a podridão. Assim, veremos que ela existe de alto a baixo, de um lado a outro, como mostrou a CPI do Narcotráfico, quer a nacional, quer a estadual, quer as municipais que aconteceram. Em toda a sociedade, em seus diversos órgãos e estâncias, há corrupção.

Precisamos aproveitar o momento para, como legisladores estaduais, cumprir nosso papel, não ficando, apenas, na lógica de ser Situação ou Oposição, pois, independentemente disso, temos o dever de fiscalizar e dar à sociedade a transparência que ela exige dos atos públicos. Além disso, temos de exigir que o Poder Judiciário cumpra seu papel.

Já denunciemos da tribuna - e os jornais estão tratando do fato hoje - que o próprio Poder Judiciário, encarregado de aplicar a lei, está descumprindo duas leis. Uma delas é a estadual, sobre o selo de fiscalização: não se faz a licitação, e queremos saber o porquê disso. A outra é a Lei nº 10.169: o prazo de 90 dias para resolver o problema da gratuidade de certidão de nascimento e óbito já passou. O Poder Judiciário precisa fazer uma reflexão e cumprir o seu papel, não delegando suas responsabilidades.

Hoje, então, chamaria a atenção do Poder Legislativo, por meio de suas comissões permanentes e especiais e de suas CPIs, para que cumpríssemos o papel, e não depois. Devemos



acompanhar a execução orçamentária, principalmente no que se refere a uma lei de nossa autoria sobre o SIAFI-Cidadão, que obriga o Governo a disponibilizar informações, pois ela não está sendo cumprida, assim como nós não cumprimos o nosso papel de fiscalizar o Executivo.

O Poder Legislativo precisa acordar e descobrir que seu papel fiscalizador é exigido pela sociedade, e dele não podemos abrir mão.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, não poderia deixar de manifestar-me a respeito desse assunto, complementando - e parabenizando - a colocação do Deputado Miguel Martini relativa à omissão do Legislativo brasileiro frente à sua missão principal: fiscalizar os atos do Executivo, o poder público e - por que não dizer? - a sociedade como um todo. Estamos sendo omisso nesse papel, fazendo uma parte, e não a tarefa completa.

Porém, todo espaço vazio é ocupado. Além do Ministério Público e dos Tribunais de Contas, a própria imprensa tem hoje um papel significativo, que deveria estar sendo ocupado pelo Legislativo brasileiro, seja nos municípios, seja nos Estados, seja na União. Trata-se de reflexões que a sociedade deseja fazer, porque todos almejam uma sociedade mais disciplinada. Por isso mesmo, o exemplo tem de partir de cima, do poder público federal, do estadual e do municipal.

Manifesto a minha alegria, sem, contudo, deixar dúvida de que poderia estar sendo um inocente útil para a Oposição brasileira.

Parabenizo o Senado da República, pois completou a assinatura do pedido da CPI da Corrupção, que, sem dúvida, será vaga, pois não tem um destino objetivo. Talvez esse seja o grande defeito da proposição. Discordo totalmente das posições do Governo Federal, afirmando que esta CPI atrapalhará o País. Pelo contrário, os índices de corrupção têm sido medidos por organismos internacionais, e todos sabem sobre as propinas que precisam ser pagas neste País para que qualquer investimento, inclusive os privados, venha para o Brasil. Isso não é segredo para ninguém e não atrapalhará em nada. Isso servirá para que o nosso País enfrente esse problema frente a frente e cara a cara, a fim de que possamos ter um país mais confiável, primeiramente, para os brasileiros e, depois, para a comunidade internacional.

Subi à tribuna para solicitar ao Presidente Fernando Henrique que não impusesse nenhuma barreira ou dificuldade na assinatura dos Deputados Federais e dos Senadores ao pedido da CPI. Por felicidade nossa, a 27ª assinatura foi aposta naquele documento. Torcemos para que os nossos Deputados Federais possam assinar esse documento, a fim de que essa CPI seja mista. Assim, todos os atos de corrupção deste País e toda essa podridão ficará exposta, para a apreciação dos brasileiros, a fim de podermos ter uma vida digna, porque dignidade é, sobretudo, indignar-se com essa realidade. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Márcio Kangussu - Sr. Presidente e Srs. Deputados, os nobres Deputados oradores que me antecederam foram precisos na análise desse quadro sombrio em que vive a Nação. Entretanto, é preciso ressaltar a posição do PPS, que, em nível nacional, municipal e federal, tem empunhado a bandeira da moralidade.

Quando começou o movimento para a instalação da CPI da Corrupção, todos os componentes do PPS assinaram o documento. O Presidente, Senador Roberto Freire, empunhou a bandeira da moralidade, como vem fazendo ao longo da sua vida pública, em defesa dos mais altos interesses da Nação, com um projeto de sua autoria que proíbe a privatização do setor energético deste País. Por isso, temos feito o mesmo neste Plenário.

Hoje, esta Bancada está honrada com a presença do Deputado Wanderley Ávila na Mesa da Assembléia, engrandecendo-a. Mais uma vez, unanimemente, estamos presentes para dizer que estamos sempre cumprindo o nosso dever como parlamentares presentes e vigilantes dos altos interesses de Minas. Sentimo-nos honrados por estar presentes nesta tarde, vinder do vale do Jequitinhonha; mais uma vez, por meio de nossa voz, parlamentares, principalmente dos que foram votados no Norte de Minas, como é o caso dos Deputados Wanderley Ávila, Marco Régis, Fábio Avelar e Luiz Menezes, obtivemos uma conquista. Hoje é um dia histórico para o vale do Jequitinhonha. O Governo do Estado inicia, de fato, as obras de construção da usina de Irapé, que será a redenção do vale do Jequitinhonha e, principalmente, do seu povo, que é vocacionado para residir naquela região e cuidar da agricultura. Isso nos enche de orgulho, satisfação e esperança. Dessa forma, o PPS continuará a fazer política, velando pelos interesses do povo de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Marco Régis - Sr. Presidente, colegas, diante da abordagem feita pelo nosso digno Líder Deputado Márcio Kangussu a respeito do lançamento, hoje, na cidade de Araçuaí, do projeto de construção da barragem e, conseqüentemente, da usina de Irapé, gostaria de me manifestar. Sou um Deputado eleito, basicamente, pelo Sudoeste do Estado e, assim sendo, entre todos que hoje se encontram em Irapé, talvez fosse o mais estranho ao ambiente. Mas não o sou porque já disse, repetidas vezes, ser contrário ao voto distrital. Acredito que o parlamentar deve representar o seu Estado no todo. E assim me vejo nesta Casa Legislativa: eleito por uma região e por cidades fora da região. Orgulho-me de ser o Deputado mais votado em Berilo, no vale do Jequitinhonha, onde estabeleci uma base política não para fazer politicagem, mas para conhecer a realidade do local.

Complemento as palavras do bravo Líder Márcio Kangussu, dizendo que me senti deveras emocionado em Araçuaí, quando as autoridades estaduais, o Governador Itamar Franco, o Vice-Governador Newton Cardoso, o Presidente da CEMIG, os demais componentes da equipe da CEMIG, deram a primeira ordem de serviço, que é o primeiro passo. E o primeiro passo significa acesso ao local da barragem. Esse acesso é a ordem de serviço para a construção da estrada Grão-Mogol - Berilo, para que se dê início às obras da usina. Foi com emoção que ouvi as exposições técnicas feitas pelos Diretores da CEMIG, inclusive a exposição feita pela Secretaria da Educação, por meio do Secretário Murílio Hingel.

Nosso aplauso ao Governador do Estado, que dá continuidade a essa obra. Irapé nasceu de discussões na legislatura passada, e governar com serenidade é, justamente, dar prosseguimento. Hoje o Governo dá o passo concreto, que é a ordem de serviço para a construção de um trecho de rodovia para que se chegue ao local da barragem. Na verdade, a construção da barragem de Irapé, com, praticamente, o mesmo potencial da usina de Três Marias, da ordem de 360mW, é o passo decisivo para a redenção do vale do Jequitinhonha. Não existem medidas iniciais de construção de rodovias, implantação de indústrias, sem a presença do elemento vital, que é a água, que falta no Jequitinhonha.

Faço o registro dos Deputados que lá estiveram: o Presidente da Assembléia, Deputado Antônio Júlio; o Líder do Governo, Deputado Antônio Andrade; o membro da Mesa Deputado Alberto Pinto Coelho e os Deputados Arlen Santiago, Carlos Pimenta, Dimas Rodrigues, Fábio Avelar, Gil Pereira, José Braga, Luiz Tadeu Leite, Marcelo Gonçalves, Márcio Kangussu, Pedro Pinduca e este que ocupa o microfone. Quatorze Deputados presentes, num gesto de significativo apoio e aplauso a Irapé, redenção do vale do Jequitinhonha, que, hoje, nasce de decisão do Governo Itamar Franco.

O Deputado Márcio Cunha - Sr. Presidente, também quero fazer minhas as palavras dos Deputados que me antecederam, apenas comentando que, em razão de compromissos agendados, não pude estar presente, mas solicitei aos Deputados Fábio Avelar e Márcio Kangussu, que é da região, que lá nos representassem.

Queremos dizer que é motivo de alegria e satisfação termos acompanhado o desenrolar dessa questão energética, que está na ordem do dia, em todas as discussões. E o Governo do Estado dá um passo importante para diminuir o sofrimento daquela região. Ali há uma população sofrida e necessitada dessas obras não só para resolver o problema energético, mas também para alavancar o desenvolvimento da região.

O Deputado Fábio Avelar - Sr. Presidente, Srs. Deputados, também não poderia deixar de dizer da nossa satisfação e, até mesmo, da nossa emoção por ter participado desse ato solene de autorização do início das obras de tamanha importância para o vale do Jequitinhonha.

Como disse o Deputado Marco Régis, é importante para nós, parlamentares, termos o conhecimento e a visão de todo o Estado.

Sou um Deputado votado, especificamente, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, mas, em Minas Gerais, tive a honra e o orgulho de também ser votado em todo o vale do Jequitinhonha, numa votação expressiva. É um vale que tive a oportunidade de conhecer profundamente, como engenheiro, por meio da COPASA, conhecendo várias e várias cidades, e com voto majoritário em muitas delas.

Portanto, hoje pude testemunhar a satisfação e a alegria de toda a população da região. Tive a oportunidade de verificar a grandeza da obra, que envolverá recursos da ordem de R\$500.000.000,00 e teve uma maneira inovadora do Governo do Estado: a COPASA participando do empreendimento com 20%, a CEMIG participando com 70% e a iniciativa privada com 10%.

Não poderíamos deixar de aproveitar essa oportunidade para dizer que o Governador Itamar Franco entregou, naquela solenidade, simbolicamente, um projeto de lei a esta Casa, nas

mãos do Presidente Deputado Antônio Júlio, que, após a sua aprovação, autorizará o Governo a participar do empreendimento com R\$80.000.000,00, num total de R\$500.000.000,00, para que seja viável sua realização.

Aproveite essa oportunidade para fazer um apelo a todos os Deputados votados naquela região e, até mesmo, aos que ali não foram votados: que aprovelem esse projeto, porque ele será um marco definitivo no desenvolvimento do vale do Jequitinhonha. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - A Presidência não poderia deixar de agradecer as palavras elogiosas do Líder do nosso partido, o PPS, Deputado Márcio Kangussu, referentes à nossa pessoa. Da mesma forma, não poderia deixar de registrar a presença maciça e marcante da Bancada do PPS, em sua totalidade, ao término desta reunião.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião extraordinária de logo mais, às 20 horas, e para a reunião especial de amanhã, dia 19, às 9 horas, nos termos dos editais de convocação, bem como para a reunião ordinária de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 1ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão especial para emitir parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 49/2001

Às quinze horas e vinte minutos do dia vinte e oito de março de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Márcio Kangussu, Doutor Viana e Ermano Batista, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Márcio Kangussu, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Viana, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a apreciar proposições da Comissão e passa a Presidência ao Deputado Doutor Viana para apresentar requerimento de sua autoria em que solicita sejam convidadas a participar de reunião da Comissão as autoridades que menciona. Submetido a votação, é o requerimento aprovado. Ao retomar a Presidência, o Deputado Márcio Kangussu indaga aos senhores Deputados se há alguma matéria para ser apresentada nesta fase. Nada mais havendo a ser tratado, e cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de abril de 2001.

Márcio Kangussu, Presidente - Doutor Viana - Antônio Carlos Andrada.

#### ATA DA 58ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Às quatorze horas e trinta minutos do dia quatro de abril de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Batista de Oliveira, Jorge Eduardo de Oliveira, Chico Rafael e Kemil Kumaira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, estando presentes também os Deputados Agostinho Patrús, Ailton Vilela, Bilac Pinto, Mauro Lobo, Ambrósio Pinto, Dalmo Ribeiro Silva, Márcio Kangussu e Marco Régis, o Presidente, Deputado Dimas Rodrigues, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Kemil Kumaira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a dar posse ao Vice-Presidente da Comissão, Deputado Chico Rafael, apreciar matérias constantes na pauta e a discutir, em audiência pública, o fechamento da fábrica da Parmalat na cidade de Itamonte e a necessidade de equiparação da alíquota incidente sobre o leite no Estado, 12%, com a cobrada em outros Estados, 7%. A seguir, o Presidente empossa o Vice-Presidente e passa à leitura do ofício do Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Águas Formosas, que encaminha Ofício nº 60/2001, do comandante local da Polícia Militar, que solicita providências a fim de solucionar o clima de tensão gerado nesse município com a deflagração de movimento do MST; e do fax do Gerente Industrial da Parmalat, que dispõe sobre os motivos que levaram a empresa à decisão de fechar a fábrica, em Itamonte. Logo após, o Presidente redistribui o Projeto de Lei nº 1.327/2000, de autoria do Deputado Dimas Rodrigues, ao Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, que solicita prazo regimental para emitir seu parecer para o 1º turno. A Presidência retira de pauta o Requerimento nº 2.042/2001, de autoria do Deputado João Batista de Oliveira. Em seguida, o Presidente registra a presença dos Srs. Geraldo José Gomes, Secretário Adjunto de Administração Tributária, e Marcos Afonso Marciano de Oliveira, Superintendente da Legislação Tributária, da Secretaria de Estado da Fazenda; Almir José Meireles, Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Leite Longa Vida - ABLV -; Ney Romanelli, Prefeito Municipal de Itamonte; José Pereira Campos Filho, Diretor-Presidente da Itambé; os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência registra, ainda, a presença dos Srs. José de Oliveira Leite, Márcia Moraes Motta Fernandes, Adelson Buitrago, Braz Nicolau dos Santos, Donizete Terêncio da Fonseca, José Romanelli Neto, Luiz Fernando Santos Batista e Marcos Tridon de Carvalho, Vereadores de Itamonte; Marcelo Pinto, Sebastião Gonçalves de Oliveira, da EPAMIG; Márcio Carvalho Rodrigues, da FAEMG; Alberto Adhemar do Valle Júnior e Celso Costa Moreira, do SILEMG; José Pereira Campos Filho, da Itambé; Maria do Céu Paixão Kupidowski, do Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais; Newton Pires Muller e José Ferreira Pinto, da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Minas; Luciana Mundim de Mattos Paixão e Edwaldo Almada de Abreu, da FIEMG; Yuri Carvalho Machado e Ivam Sumas de Oliveira, da Embaré Indústria Alimentícia S.A., e Hudson Valadares Moreira, do INDI. Os Deputados Chico Rafael e Dalmo Ribeiro Silva, autores dos requerimentos que originaram essa audiência pública, tecem suas considerações iniciais. A seguir, os expositores discorrem sobre o tema em questão e se envolvem em amplo debate com os demais participantes, conforme consta nas notas taquigráficas. São aprovados requerimentos dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva em que solicita seja formulado apelo ao Secretário da Fazenda para conceder regime especial, relativo à cobrança de ICMS, ao setor de laticínios de Minas, por um período mínimo de seis meses; seja promovida audiência pública da Comissão na cidade de Itamonte para dar prosseguimento às discussões sobre o fechamento da fábrica da Parmalat; Dimas Rodrigues da Silva, em que solicita sejam discutidas medidas preventivas contra a Sigatoka Negra, que ameaça a produção de bananas nos projetos irrigados do Norte de Minas; Ermano Batista em que solicita seja promovida audiência pública da Comissão no Município de Itumiritinga para discutir questões relacionadas com a posse de terra; e João Batista de Oliveira em que solicita seja promovida audiência pública da Comissão para debater as consequências da crise da cultura cafeeira para o Estado e as alternativas para recuperação do consumo no mercado interno; seja formulado apelo ao Governador para que determine a formação de um grupo de trabalho com representantes de entidades que menciona, para promover estudo comparativo do ICMS sobre produtos agropecuários, em Minas e em outros Estados, e propor incentivos ao agronegócio mineiro, e seja discutido, em audiência pública, o Programa PAP implementado pela SUDENOR. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de abril de 2001.

João Batista de Oliveira, Presidente - Paulo Piau - Kemil Kumaira - Jorge Eduardo de Oliveira.

#### ATA DA 30ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Às dez horas e trinta minutos do dia dez de abril de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Edson Rezende e Durval Ângelo. Encontra-se presente também o Deputado Adelman Leão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Edson Rezende, declara aberta a reunião e procede à leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a ouvir as lideranças do MST envolvidas na tentativa de ocupação da fazenda do Embaixador Paulo Flecha de Lima e convida a compor a mesa o Cel. Rúbio Paulino Coelho, Coordenador do Gabinete Militar do Governador; o Cel. José Pimentel de Souza; Dr. Gilvan Alves Franco, Procurador de Justiça; o Dr. Marcelo Rezende, Superintendente Fundiário do ITER; Wanderlei Martini, da direção estadual do MST, e Jorge Augusto Xavier, da liderança do MST, do Noroeste de Minas. A seguir, o Presidente, na qualidade de autor do requerimento que originou esta audiência pública, tece considerações a respeito do assunto e, logo após, passa a palavra aos membros da mesa e ao Deputado Durval Ângelo para suas exposições, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de abril de 2001.

Edson Rezende, Presidente - Durval Ângelo - Elbe Brandão.

#### ATA DA 57ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Às quinze horas do dia dez de abril de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dimas Rodrigues, Ailton Vilela e Pedro Pinduca, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental e estando presente, também, o Deputado Carlos Pimenta, o Presidente, Deputado Dimas Rodrigues, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Pedro Pinduca, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião tem por finalidade discutir, em audiência pública, a proposta do Governo Federal de extinguir a SUDENE e apreciar a matéria constante na pauta. O Presidente registra a presença dos seguintes convidados: Srs. Roberto Amaral, Diretor Regional da SUDENE, em Montes Claros; Rômulo Fontes e Emílio Rodrigues Botelho, representantes do Presidente do INDI; Prefeitos Municipais de Luisburgo e de Virgem da Lapa. A Presidência procede à leitura do noticiário do IBAM nº 423, referente ao mês de fevereiro de 2001. O Presidente designa o Deputado Ailton Vilela para relatar, no 1º turno, o Projeto de Resolução nº 1.455/2001, do Deputado Durval Ângelo. Encerrada a 1ª Parte da Reunião, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia e submete a votação, cada um por sua vez, os Requerimentos nºs 2.083/2001, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, e 2.089/2001, do Deputado Ambrósio Pinto, os quais são aprovados. Passando-se à fase de exposição, o Deputado Dimas Rodrigues, autor de requerimento que motivou esta audiência pública, tece comentários iniciais sobre o tema. Em seguida passa a palavra ao Sr. Roberto Amaral, Diretor Regional da SUDENE, que discorre sobre o assunto e se envolve em amplo debate com os Deputados e os demais convidados, conforme consta nas notas taquigráficas. Encerrada essa fase, o Deputado Dimas Rodrigues passa a Presidência ao Vice-Presidente, Deputado Ailton Vilela, e apresenta requerimento solicitando a presença do Superintendente Regional do INSS, do Presidente da Associação Mineira de Assistência aos Municípios e de representantes das Associações de Municípios do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha, em reunião desta Comissão, para discutir a situação de inadimplência dos municípios mineiros com o INSS. Colocado em votação, é aprovado o requerimento. Reassumindo a Presidência, o Deputado Dimas Rodrigues informa que os assuntos discutidos na reunião se encontram registrados nas notas taquigráficas, agradece o comparecimento dos parlamentares e dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de abril de 2001.

Ailton Vilela, Presidente - Paulo Piau - Pedro Pinduca.

#### ATA DA 64ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Defesa do Consumidor

Às dez horas e quinze minutos do dia onze de abril de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Maria José Hauelsen, Dalmo Ribeiro Silva (substituindo este ao Deputado João Paulo, por indicação da Liderança do PSD) e Doutor Viana (substituindo o Deputado Anderson Adauto, por indicação da Liderança do PMDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Maria José Hauelsen, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Viana, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidente informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. A Presidência informa o recebimento do Requerimento nº 2.032/2001, cuja apreciação prescinde de parecer. Após, os Deputados presentes tecem considerações sobre essa proposição. Posto em votação, é o requerimento rejeitado. A Presidente passa à discussão e votação de proposições da Comissão e transfere a Presidência ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva, para apresentar requerimentos em que solicita seja realizada reunião conjunta das Comissões de Defesa do Consumidor e de Saúde, destinada a debater, com os convidados que menciona, o uso de medicamentos que causam riscos à saúde e lesam os direitos do consumidor; e seja realizada reunião com a participação de representantes de entidades civis para debater o racionamento de energia elétrica motivado pela redução dos níveis de água nas barragens hidrelétricas e as possíveis consequências dessa medida para os consumidores. Submetidos a votação, são os requerimentos aprovados. A Deputada Maria José Hauelsen reassume a direção dos trabalhos. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de abril de 2001.

Maria José Hauelsen, Presidente - João Paulo - Anderson Adauto.

#### ATA DA 15ª REUNIÃO Ordinária da cpi da saúde

Às quinze horas e quinze minutos do dia onze de abril de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Hely Tarquínio, Edson Rezende, Adelmo Carneiro Leão, Rêmolo Aloise e Doutor Viana (substituindo este ao Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, por indicação da Liderança do PMDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Hely Tarquínio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Viana, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros presentes. O Presidente informa que a finalidade da reunião é ouvir os Srs. Aureliano Gonçalves Santos, Diretor de Execução e Acompanhamento ao SUS; Rosa Maria da Conceição e Silva, responsável pela Central de Assistência Farmacêutica da Secretaria da Saúde; Sônia Lúcia Cardoso Suignard, ex-Diretora Hospitalar da FHEMIG; e Maria Celeste Cardoso Pires, Diretora da Superintendência Central de Administração de Materiais da Secretaria de Recursos Humanos e Administração. Os depoentes se apresentam, fazem suas considerações iniciais e, em seguida, respondem a perguntas dos Deputados Edson Rezende, Adelmo Carneiro Leão e Hely Tarquínio. Na fase de discussão e votação de proposições da Comissão, o Deputado Edson Rezende apresenta requerimentos nos quais solicita sejam pedidas ao Secretário de Recursos Humanos e Administração informações a respeito de contratos administrativos do Estado, da quantidade de funcionários terceirizados no Estado, do pessoal efetivo na Secretaria da Saúde e de concursos previstos pela Secretaria nas diversas áreas; informações também acerca de recursos gastos e servidores treinados e capacitados, com indicação do número de efetivos, de servidores de função pública e contratados por meio de contratos administrativos e documentos contendo a identificação da área cedida à SOECS em 1998, por meio de termo de cessão de uso; a identificação do proprietário da área e a identificação da situação atual do imóvel. O Deputado Adelmo Carneiro Leão apresenta requerimento no qual pede sejam solicitadas ao Diretor da Fundação Ezequiel Dias cópias dos seguintes processos: a) Dispensa de Licitação nº 17/99 - aquisição de fitas de alumínio - Empenho nº 1391 - Bafema S.A.; b) Dispensa de Licitação nº 29/99 - aquisição de fitas de alumínio - Empenho nº 1940 e 1941 - Bafema S.A.; c) Dispensa de Licitação nº 5/99 - aquisição de fitas de alumínio - Empenho nº 606 - Bafema S.A. e d) processos de licitação e processos de dispensa ou inexigibilidade de licitação para aquisição de fita de alumínio, referentes ao ano de 2000. Colocados em votação, cada um por sua vez, são os requerimentos aprovados. A Sra. Maria Celeste Cardoso Pires entrega documentos à Presidência, que determina sejam anexados aos autos. O Presidente informa que o teor da reunião consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a colaboração dos convidados, agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de abril de 2001.

Hely Tarquínio, Presidente - Adelmo Carneiro Leão - Edson Rezende - Sebastião Navarro Vieira.

#### ATA DA 15ª REUNIÃO Ordinária da CPI do Fundo SOMMA

Às quinze horas do dia dezessete de abril de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Rêmolo Aloise, João Paulo, Anderson Adauto e Carlos Pimenta (substituindo este ao Deputado Amílcar Martins, por indicação da Liderança do PSDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Rêmolo Aloise, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Anderson Adauto, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a apreciar proposições da Comissão e procede à leitura da seguinte correspondência: ofícios do ex-Prefeito Municipal de Pará de Minas, Sr. Silésio Mendonça, solicitando que seja ouvido nesta CPI, a fim de prestar esclarecimentos referentes às obras do Projeto SOMMA no Município de Pará de Minas; do Centro de Estudos Cívicos de Conselheiro Lafaiete, encaminhado ao Deputado João Paulo, solicitando investigação e fiscalização nas obras efetuadas em Conselheiro Lafaiete; do Secretário de Governo de Frutal, Sr. Linoberques Luiz da Costa, encaminhando a medição 13/A, solicitada pela Comissão quando em visita a esse município; do Prefeito Municipal de Itajubá, Sr. José Francisco Marques Ribeiro, encaminhando documentos referentes ao contrato assinado com a empresa Aterpa Ltda., que realizou obras de pavimentação e drenagem de ruas em vários bairros desse município, utilizando recursos do Fundo SOMMA; do Prefeito Municipal de União de Minas, encaminhando documentação para apuração de possíveis irregularidades em obras realizadas nesse município, envolvendo superfaturamento, obras inacabadas e de má qualidade; do Presidente do BDMG, Sr. José Pedro Rodrigues de Oliveira, encaminhando documentação solicitada; do Vereador Alcides Dornelas e do ex-Vereador Marcos Remis dos Santos, apresentando denúncia de irregularidades no uso de recursos do Projeto SOMMA no Município de Patrocínio, com referência aos Contratos nºs 074037, 074038, 074239 e 074496, à Carta-Convite nº 046/99, ao Projeto nº 074213 e a projeto de canalização. É aprovado, com voto contrário do Deputado Carlos Pimenta, requerimento do Deputado Anderson Adauto, em que pede seja solicitado ao Governador do Estado que não sancione a proposição de lei que trata da extinção do Fundo SOMMA, em razão da edição de medida provisória que autoriza a cooperação financeira entre os entes federados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, a ser realizada em 18/4/2001, às 15 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de abril de 2001.

Rêmolo Aloise, Presidente - Anderson Adatao - Luiz Fernando Faria - João Paulo.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da CPI do Fundo SOMMA

Nos termos regimentais, convoco os Deputados, João Paulo, Amílcar Martins, Anderson Adatao, Durval Ângelo e Luiz Fernando Faria, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 23/4/2001, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o relatório final da Comissão.

Sala das Comissões, 20 de abril de 2001.

Rêmolo Aloise, Presidente.

## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### PARECER PARA TURNO ÚNICO DA MENSAGEM Nº 163/2000

Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM

#### Relatório

Por meio da Mensagem nº 163/2000, o Governador do Estado submeteu a esta Casa, em obediência ao disposto no art. 62, XXIII, "d", da Constituição do Estado, o nome do Sr. Ivon Borges Martins, indicado para o cargo de Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM.

Constituída esta Comissão Especial, nos termos do art. 111, c/c o art. 146, do Regimento Interno, procedeu-se à arguição pública do indicado, que respondeu satisfatoriamente às questões formuladas pelos Deputados.

O candidato demonstrou conhecimento sobre a entidade para cuja direção foi indicado, atendendo, ainda, aos demais critérios legais exigidos para ocupação do cargo.

#### Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do nome de Ivon Borges Martins para Presidente da FEAM.

Sala das Comissões, 18 de abril de 2001.

Bilac Pinto, Presidente - Ivair Nogueira, relator - Amílcar Martins.

### Parecer sobre o Requerimento Nº 1.854/2001

#### Mesa da Assembléia

#### Relatório

De iniciativa do Deputado Durval Ângelo, o requerimento em tela pleiteia seja encaminhado ofício ao Poder Executivo, pedindo-lhe informações sobre o contrato de comodato celebrado entre o Estado e o América Futebol Clube, cujo objeto é o Estádio Independência, e solicitando, ainda, a remessa de cópia do referido contrato a esta Casa e informações sobre o cumprimento de cláusulas contratuais pelo clube, principalmente no tocante à prática de "shows" de música.

Após sua publicação no "Diário do Legislativo", em 22/2/2001, foi o requerimento encaminhado a este órgão colegiado, a que compete emitir parecer sobre a matéria, conforme dispõe o art. 79, VIII, "c", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

A proposição em exame insere-se no âmbito da competência da Assembléia Legislativa, por força de dispositivos constitucionais (art. 54, § 2º e 3º, da Constituição mineira) que lhe outorgam a faculdade de pedir informações aos Chefes dos órgãos do Estado, inclusive os da administração indireta, estando a recusa, ou o não-atendimento no prazo de 30 dias ou a prestação de informação falsa sujeitas à penalização.

Tal prerrogativa está estribada na competência deste parlamento de exercer o controle dos atos do Poder Executivo, garantindo que este pautе suas ações pelos princípios conformadores da administração pública, enunciados no art. 37 da Constituição da República e no art. 13 da Carta Magna mineira, quais sejam a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência. Ressalte-se que a conduta do administrador público em desrespeito a esses preceitos enquadra-se nos denominados atos de improbidade, previstos em lei federal, ficando sujeitos à fiscalização deste Poder.

É com esse espírito que o Deputado Durval Ângelo deseja tomar conhecimento do contrato de comodato, assinado pelo América Futebol Clube, tendo como objeto o Estádio Independência, verificando o cumprimento das condições impostas no instrumento assinado pelas partes, principalmente no que se refere aos "shows" de música ali realizados.

#### Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 1.854/2001 na forma proposta.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 17 de abril de 2001.

Antônio Júlio, Presidente - Wanderley Ávila, relator - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Mauri Torres - Álvaro Antônio.

Mesa da Assembléia

Relatório

O Deputado Sargento Rodrigues, por meio da proposição em tela, solicita ao Presidente desta Casa que encaminhe ofício ao Diretor-Geral da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais - IO-MG -, solicitando informações acerca do montante de crédito, em razão de inadimplência, referente a serviços gráficos e publicações realizados para os órgãos do Estado e para terceiros, sobre as providências que vêm sendo tomadas para a sua cobrança e sobre os casos em que são concedidos descontos ou gratuidade na prestação de serviços gráficos e publicações ou assinaturas.

Publicada a matéria em 9/3/2001, vem a este órgão colegiado para receber parecer, conforme o estabelecido no art. 79, VIII, "c", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Constituição mineira, no art. 54, § 3º, assegura à Assembléia Legislativa, por meio de sua Mesa Diretora, encaminhar pedido escrito de informação a dirigente de entidade da administração indireta, acrescentando que a recusa ou o não-atendimento no prazo de trinta dias, ou a prestação de informação falsa constituem infração administrativa, sujeita a responsabilização.

A Imprensa Oficial, autarquia integrante da administração indireta do Estado, sujeita-se ao controle externo exercido pela Assembléia Legislativa, e o pedido de informações é um dos meios de que dispõe este parlamento para exercê-lo, sem o auxílio do Tribunal de Contas.

Argumenta o autor da matéria que a sua indagação decorre da necessidade de verificar se a autarquia opera de forma eficiente, produzindo serviços de maneira econômica, possibilitando a existência de recursos excedentes para investimentos. Acrescenta que ouviu falar de renúncia de receita por parte do órgão relativa a descontos ou isenção de pagamento de publicações ou de assinaturas, sendo importante que, sobre isso, sejam prestados esclarecimentos a este Poder, principalmente, em face da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A princípio, a isenção de pagamento - note-se bem - é concedida, apenas, às associações comunitárias e às entidades filantrópicas para publicações no jornal "Minas Gerais", por determinação da Lei nº 10.461, de 28/2/91, além de estar inserta no art. 102 da Lei nº 11.050, de 19/01/93, norma semelhante, que transcreveremos a seguir:

"Art. 102 - O jornal "Minas Gerais, órgão oficial dos Poderes do Estado, reservará, em cada edição, espaço de até 1(uma) página para a publicação gratuita de extratos de associações comunitárias e de entidades sem fins lucrativos, inclusive as religiosas.

Parágrafo único - Os extratos a que se refere este artigo serão encaminhados à publicação pela Mesa da Assembléia Legislativa por solicitação de membro do Poder Legislativo."

Assim, com relação à renúncia de receitas, temos de ponderar que foi autorizada pela própria Assembléia Legislativa, quando da tramitação das matérias referentes à Imprensa Oficial nessa casa. Resta-nos, apenas, inquirir sobre os casos de inadimplência e as medidas tomadas para a cobrança dos créditos mencionados, razão pela qual apresentaremos substitutivo à proposição.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 1.948/2001, na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O Deputado que este subscreve requer a V. Exa., na forma regimental, seja encaminhado ofício ao Diretor-Geral da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais - IO-MG - a fim de que informe a esta Casa o total de recursos concernentes à prestação de serviços gráficos, a publicações e assinaturas devidos a essa autarquia pelos inadimplentes e as providências que estão sendo tomadas para a sua cobrança.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 17 de abril de 2001.

Antônio Júlio, Presidente - Alberto Pinto Coelho, relator - Ivo José - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio.

Mesa da Assembléia

Relatório

De iniciativa da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a proposição em tela solicita seja encaminhado ofício ao Diretor-Geral do DER-MG pedindo relação dos convênios e contratos assinados pelo referido órgão a partir de janeiro de 2000.

O requerimento foi publicado no "Diário do Legislativo" em 24/3/2001 e, a seguir, encaminhado a este órgão colegiado a fim de receber parecer, conforme estabelece o art. 79, VIII, "c", do Regimento Interno.

Fundamentação

O dispositivo regimental que dispõe sobre o encaminhamento de matéria a este órgão colegiado confere-lhe a atribuição de emitir parecer sobre os pedidos de informações às autoridades estaduais quanto a fato relacionado a matéria legislativa em trâmite ou sujeito a controle e fiscalização da Assembléia Legislativa. A proposição em análise se insere no âmbito do controle que este parlamento deve exercer sobre o Poder Executivo, essencial para garantir a retidão dos atos de governo e que desponta como limitação do exercício da autoridade pública, a fim de que esta se pautе pelos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

É com essa intenção que membro desta Assembléia quer tomar conhecimento de todos os convênios e contratos firmados pelo DER-MG a partir de 2000, inclusive com os municípios mineiros, principalmente porque tais ajustes prevêm a gestão associada da coisa pública e permitem a transferência de encargos, serviços, pessoal e bens de uma pessoa jurídica para outra, a fim de assegurar a continuidade dos serviços transferidos.

É importante trazer à colação a Lei Federal nº 8.666, de 21/6/93, que, além de disciplinar os contratos firmados pela administração pública, determina a aplicação de suas disposições, no que couber, aos convênios celebrados por seus órgãos e entidades, obrigando-os, na qualidade de repassadores, de dar ciência, após a assinatura do convênio, de sua existência à Assembléia Legislativa, cabendo ao Tribunal de Contas, como órgão auxiliar do Poder Legislativo, apreciar a legitimidade, economicidade e legalidade dos instrumentos de cooperação entre os entes federados e entre estes e os particulares. Vale lembrar que o estatuído pela referida lei federal é de observância obrigatória para todos os entes da Federação.

Por esse motivo, entendemos que o pedido de informações deve ser endereçado ao Presidente do aludido Tribunal, pois, além da necessária publicação dos instrumentos de cooperação no órgão oficial do Estado, estes já devem ter sido encaminhados, para avaliação, àquela Corte de Contas, encontrando-se à disposição desta Casa. Em função desse entendimento, apresentamos, a seguir, emenda à proposição.

#### Conclusão

Mediante o aludido, somos pela aprovação do Requerimento nº 2.018/2000 com a Emenda nº 1, a seguir apresentada.

#### EMENDA Nº 1

Substitua-se a expressão: "ao DER-MG" por "ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais".

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 17 de abril de 2001.

Antônio Júlio, Presidente - Wanderley Ávila, relator - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Mauri Torres - Álvaro Antônio.

#### Parecer sobre o Requerimento Nº 2.019/2001

#### Mesa da Assembléia

#### Relatório

Por intermédio da proposição em epígrafe, a Comissão de Transportes, Comunicação e Obras Públicas solicita ao Presidente da Casa seja endereçado ao Diretor-Geral do DER-MG pedido de informações sobre a existência de convênio firmado com Furnas Centrais Elétricas S.A. para construção da estrada que liga o Município de Liberdade ao de Bocaina de Minas.

Após sua publicação no diário oficial, ocorrida em 24/3/2001, o requerimento foi encaminhado a este órgão colegiado a fim de receber parecer, conforme preceitua o art. 79, VIII, "c", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

A apresentação do requerimento configura legítimo exercício do papel do legislador de exercer controle externo sobre atos do Poder Executivo, controle esse que deve levar em consideração não só o aspecto político, como também os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Corroborando essa afirmação, encontramos - só para citar dois dispositivos da Constituição mineira -, o § 3º do art. 54, segundo o qual, a Assembléia Legislativa, mediante sua Mesa, poderá encaminhar pedido de informação às autoridades estaduais; e o art. 74, por afirmar que o controle externo, a ser exercido pelo parlamento, abrange as fiscalizações contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado.

Em que pese à licitude da proposição no que se refere à iniciativa, devemos trazer à baila a Lei nº 8.666, de 21/6/93, que, além de disciplinar contratos firmados pela administração pública, determina a aplicação de suas disposições, no que couber, aos convênios celebrados por seus órgãos e entidades, obrigando-os, na qualidade de repassadores, a dar ciência, após a assinatura do convênio, de sua existência à Assembléia Legislativa, cabendo ao Tribunal de Contas, como órgão auxiliar do Poder Legislativo, apreciar a legitimidade, a economicidade e a legalidade dos instrumentos de cooperação entre os entes federados e entre estes e os particulares. Vale lembrar que o estatuído pela referida lei é de observância obrigatória para todos os entes da Federação.

Por esse motivo, entendemos que o pedido de informações deveria apropriadamente ser endereçado ao Presidente do aludido Tribunal, pois, além da necessária publicação desses instrumentos de cooperação no órgão oficial do Estado, já devem ter sido encaminhados para avaliação, a essa Corte de Contas, encontrando-se à disposição desta Casa. Em vista desse entendimento, apresentamos emenda à proposição.

#### Conclusão

Em face do aludido, somos pela aprovação do Requerimento nº 2.019/01, com a seguinte Emenda nº 1.

#### EMENDA Nº 1

Onde se lê "ao DER-MG", leia-se "ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais".

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 17 de abril de 2001.

Antônio Júlio, Presidente - Ivo José, relator - Alberto Pinto Coelho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio.

#### Parecer sobre o Requerimento Nº 2.020/2001

#### Mesa da Assembléia

#### Relatório

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas solicita seja encaminhado ofício ao Comandante do Batalhão da Polícia Rodoviária Estadual, solicitando-lhe que informe a forma de fiscalização realizada em território mineiro nos últimos doze meses e as empresas que foram flagradas com irregularidades?

Publicada em 24/3/01, vem a matéria à Mesa da Assembléia para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, "c", do Regimento Interno.

## Fundamentação

O transporte rodoviário de produtos perigosos é regulamentado pelo Decreto nº 96.044, de 18/5/88, assinado pelo Ministro dos Transportes, no qual estão estabelecidos os critérios, os deveres, as obrigações do transportador, bem como as penalidades em caso de seu descumprimento.

A fiscalização para a fiel execução do referido ato normativo e de suas instruções complementares incumbe ao Ministério dos Transportes, sem prejuízo da competência das autoridades com jurisdição sobre a via onde transite o veículo transportador. Em nosso Estado, compete à Polícia Militar, por meio de seu Batalhão de Polícia Rodoviária.

A fiscalização, a bem da verdade, é o exercício do poder de polícia conferido à administração pública e que se resume na "supremacia geral que o Estado exerce em seu território sobre todas as pessoas, bens, atividades, supremacia que se revela nos mandamentos constitucionais e nas normas de ordem pública, que a cada passo opõem condicionamentos e restrições dos direitos individuais em favor da coletividade" (Hely Lopes Meireles. Direito Administrativo Brasileiro. 16ª ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, p.111).

O poder de polícia é exercido sobre o impulso do poder discricionário. A administração deve, no exercício dessa faculdade, estabelecer a sua periodicidade e extensão levando em consideração o interesse público. Daí a edição do referido ato normativo condicionando a forma e a periodicidade da fiscalização. O agente administrativo fica jungido à conduta prescrita pela norma e, nessa hipótese, o poder de polícia torna-se vinculado e o agente fiscalizador não encontra espaço para escolha.

Assim, a forma de fiscalização a que se sujeita o transportador de cargas perigosas, (uma das questões argüidas na proposição em tela), compreende, conforme disciplina o art. 41 do Regulamento, o exame dos documentos de porte obrigatório, a adequação dos rótulos e etiquetas das embalagens ao produto especificado no documento fiscal e a verificação da existência de vazamento no equipamento de transporte de carga a granel e, em se tratando de carga fracionada, sua arrumação e estado de conservação das embalagens.

Conhecendo, portanto, a norma legal que dispõe sobre a forma de fiscalização, consideramos inoportuno o envio do pedido de informação da maneira como foi redigido. Em vista disso, apresentamos substitutivo à matéria para dar redação mais apropriada ao pedido de informações em questão.

## Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 2.020/2001 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

## SUBSTITUTIVO Nº1

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

A Comissão de Transportes, Comunicação e Obras Públicas solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Comandante-Geral da PMMG pedido de informação sobre quais as empresas de transporte rodoviário de produtos perigosos foram autuadas nos últimos 12 meses, nas estradas sob jurisdição da Polícia Rodoviária Estadual, por conduzir cargas de maneira irregular.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 17 de abril de 2001.

Antônio Júlio, Presidente e relator - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio.

## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 230ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 11/4/2001

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores, ocupo a tribuna nesta tarde por duas razões. A primeira delas diz respeito a uma reflexão e a uma cobrança que devemos fazer com relação a uma postura do nosso Poder Judiciário. O Poder Legislativo é encarregado constitucionalmente de elaborar e de produzir as leis. O Poder Executivo administra o Estado e cumpre o que a lei determina. O poder público apenas pode fazer o que a lei autoriza. O Poder Judiciário é encarregado de fazer cumprir as leis. Quando há uma dúvida, esse Poder interpreta, julga e faz cumprir a lei que foi produzida pelo Poder Legislativo.

Dizem até que o Poder Legislativo é o poder dos Poderes e, de fato, o é. O Executivo executa o que o Poder Legislativo define, e o Poder Judiciário age a partir da lei feita no Legislativo. São três Poderes independentes, mas harmônicos entre si. E o que estamos vendo? Há poucos dias, o Deputado Irani Barbosa ocupou esta tribuna para fazer denúncias gravíssimas, dizendo ter provas do que dizia, e, nesse mérito, não entrarei. Mas concluímos que estamos vendo um Poder Judiciário que não tem obedecido às próprias leis, que não as têm cumprido. Como um Poder poderá exigir o cumprimento da lei se ele mesmo não a cumpre? E trago um fato específico para nossa reflexão: quando serão feitos os concursos para cartórios? E o mais grave: sabemos da sonegação existente nos cartórios em todo o Brasil. Mas, no caso de Minas Gerais, alguns dados mais otimistas apontam que há uma sonegação de 90%. E esse número pode ser muito maior. O Poder Judiciário não dispõe de mecanismos para exercer eficazmente essa fiscalização. O Poder Legislativo, atento a essa realidade, faz um projeto de lei que cria o selo de fiscalização. E o que é esse selo de fiscalização? É a ferramenta de que necessitava o Poder Judiciário para exercer essa fiscalização, era exatamente aquilo que faltava. Dessa forma, o Poder Judiciário, através da sua Corregedoria, pode saber quantos e quais atos são praticados e de que forma isso é feito. Hoje, não há controle nenhum quanto a esse aspecto, e o pouco que se faz é por amostragem. Tivemos a honra de ser o autor da iniciativa do selo de fiscalização, e os grandes cartórios se desesperaram, ficaram apavorados, porque apareceria o caixa dois, a sonegação, essa vergonha que é a forma como os cartórios trabalham no nosso País, sem nenhum controle do Judiciário. Fizeram seu "lobby", pressionando o Judiciário e o Executivo, às escondidas, porque não falam abertamente temendo o montante a recolher. E vejam a omissão do Poder Executivo. O índice de sonegação é de mais de 90%, o que significa que um Estado que se encontra nessa dificuldade financeira está deixando de arrecadar mais de R\$100.000.000,00, que poderiam estar nos cofres da Secretaria da Fazenda, sendo aplicados, pelo Governo, em obras, infra-estrutura, educação, saneamento, etc.

Vejam que, em março do ano passado, foi sancionado o projeto e, após um ano e um mês, nada do selo. Isso porque os grandes cartórios não querem que a fiscalização aconteça, e o Judiciário se cala, o Judiciário se dobra.

Já pedimos uma CPI e vamos defendê-la no Colégio de Líderes. Tão logo seja possível ela será implantada. Vejam que entidades ligadas a grandes cartórios receberam altíssima quantia de dinheiro, parece que mais de R\$30.000.000,00, e o Estado sem nenhum controle ou prestação de contas sobre isso.

Pergunto: como uma sociedade como essa pode se sentir segura, se aqueles que são encarregados de cumprir e julgar a lei não a respeitam?

As desculpas mais esfarrapadas já ouvi. Mas por trás de tudo estão os grandes cartórios, que não querem deixar que o selo seja implantado, porque no dia que isso acontecer vamos saber a fábula que arrecadam os grandes cartórios, que não pagam Imposto de Renda nem recolhem aos cofres do Estado. Esse dinheiro vai para o bolso de alguns. E onde está o Poder Judiciário? O Presidente assumiu comigo o compromisso de, no início do ano, implantar o selo de fiscalização. E até hoje, nada. E foi sancionada em janeiro deste ano a Lei nº 10.169, que obriga todos os Estados da Federação a encontrar mecanismos para ressarcir os cartórios de registro civil e pessoas naturais da gratuidade da certidão de óbito e nascimento. Três meses se passaram - terminou em 2 de abril. Nada, nada foi feito até hoje. Se o Poder Judiciário não cumpre a lei, quem cumprirá? Ai, são sempre os políticos os culpados. E o Poder Judiciário, que deveria ser o primeiro a dar o exemplo. Nós, do Poder Legislativo, temos que dar o exemplo também, porque fazemos as leis.

É lamentável. Há pessoas de cartório de registro civil passando dificuldades de alimentação, porque vivem praticamente de certidão de nascimento, óbito e nascimento. E muitos me procuram chorando e dizem: "Deputado já vendi minha casa, vendi tal coisa e estou esperando, porque a lei determina que têm que ser ressarcidos, mas é para isso que o Estado tem que encontrar uma solução. Mas Minas Gerais já tem, é o selo de fiscalização. Mas o selo de fiscalização vai denunciar os grandes cartórios que sonégam. É lamentável que tenhamos que vir à tribuna falar desse assunto.

O Deputado Doutor Viana (em aparte)\* - Deputado Miguel Martini, parabeno-o pelo seu pronunciamento, que sai do fundo do seu coração e também nos atinge.

Quando cheguei a esta Casa, com apenas dois meses de mandato fui nomeado relator do projeto que corria na Assembléia Legislativa, anunciado nos jornais como "trenzinho da alegria". Era com relação às indicações das pessoas que trabalhavam e dirigiam os cartórios. Por muitos e muito anos, aqui, o "lobby" sempre derrubava o projeto e não se conseguia mudar a estrutura.

Fiz um relatório independente, dentro das normas judiciais, legais, constitucionais, derrubando esse famoso "trenzinho da alegria". Mas até hoje não foi feito o concurso que indicamos no nosso relatório.

Quero lembrar esse fato. A imprensa que tanto denunciava o "trenzinho da alegria", dizendo que os Deputados da Assembléia Legislativa levavam vantagem para manter a situação ilegal, ela hoje não denuncia exatamente o que V. Exa. está denunciando do Plenário.

Então, parabeno-o. Também estamos em sintonia. Tanto nesse projeto de lei quanto no de sua autoria, sobre a instalação do selo, estamos fazendo o nosso papel. Cabe agora à imprensa, à sociedade e a todos nós cobrar que o Poder Judiciário também cumpra o seu papel. Obrigado.

O Deputado Miguel Martini - Então, vejamos: a Constituição delega ao Poder Judiciário o exercício da fiscalização, o que era de se esperar. Confesso que, quando as pessoas trouxeram a possibilidade de criar o selo de fiscalização a minha assessoria, imaginei que o Poder Judiciário ia recebê-lo com muita alegria, porque era a ferramenta que lhe faltava. Mas o que estamos vendo é o contrário. Não querem fazer o selo de fiscalização. E vejamos bem: o selo está bem feito, não custa nem um centavo para o contribuinte e nem um centavo para o dono do cartório, porque a Secretaria da Fazenda vai bancá-lo; ela irá arrecadar quase R\$100.000.000,00 a mais, que, hoje, estão sendo sonegados. Então, também não vai perder, apenas vai evitar que sejam sonegados esses recursos.

É uma vergonha, é lamentável isso. Espero, sinceramente, que o Presidente do Tribunal de Justiça venha a público dar essas explicações, vá à imprensa e explique o que está acontecendo. Não podemos ter duas leis que não são consideradas. Ou ele não pode mais exercer o cargo, ou não quer exercer a fiscalização.

Quais interesses estão por detrás disso? Será que há alguma ligação entre os grandes cartórios e os interesses de alguns do Poder Judiciário? Começamos a fazer essa pergunta porque começa a surgir essa dúvida. Qual é o interesse que está por trás disso? A quem interessa não existir o selo de fiscalização? Para o Estado, não é; para o contribuinte, não é, porque isso vai dar garantia ao seu ato de cartório.

No Rio de Janeiro, por exemplo, qualquer ação judicial só vale se tiver o selo. Em São Paulo e no Paraná, também. É uma garantia a mais, acaba com os carimbos falsos. Interessa para o Estado, que vai arrecadar mais; interessa para o Poder Judiciário, porque vai ter mais um mecanismo de fiscalização. Só não interessa para quem está sonegando.

Agora, qual é a convivência? Essa é a pergunta que queremos fazer. Há alguma convivência entre o Poder Judiciário e esses que não querem implantar o selo? Qual é o interesse? A sociedade quer uma resposta, e nós também. Se ela resposta não vier pela CPI que - tenho certeza - vamos instaurar, vamos acabar trazendo-a para a sociedade. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Arlen Santiago\* - Exmo. Sr. Presidente, Sra. Deputada Maria Olívia, Srs. Deputados, ouvintes da TV Assembléia, vamos falar a respeito de dois temas: o primeiro é o decreto assinado pelo Governador Itamar Franco relativo à situação de emergência no Norte de Minas e no vale do Jequitinhonha, a Área Mineira da SUDENE.

Prontamente, o Governador, atendendo aos anseios da bancada norte-mineira, decretou estado de emergência e começou a trabalhar para minorar o sofrimento da nossa querida região. Entre as ações efetivas, está a distribuição de cestas básicas. Embora não sejam em grande quantidade, com certeza, matarão a fome dos mais flagelados.

Foram, também, alocados R\$10.000.000,00 na COPASA, para perfurar e equipar poços artesanais, distribuir tubos, realizar algumas pequenas obras de contenção de água, além de caminhões-pipa para manter o povo nas casas, pois estão sem água para beber desde o início de abril.

A ação pronta do Governador Itamar Franco - ao enviar para lá, na última segunda-feira, o Vice-Governador Newton Cardoso; o Presidente da COPASA, Dr. Marcelo Siqueira; o Secretário de Obras; o Cel. James, da CEDEC, e, praticamente, todo o "staff" envolvido na questão do combate à seca - demonstrou a sensibilidade que está tendo para com o Norte de Minas.

Além disso, provavelmente no dia 25 próximo, o Governador deverá visitar a cidade de Araçuaí para o lançamento das obras e autorização da construção da usina de Irapé, fazendo com que aquela região - a mais pobre do nosso Estado - possa desenvolver-se por meio da criação de milhares de empregos diretos. Além disso, existe a possibilidade da implantação da indústria moveleira, pois o processo da empresa já está aprovado pelo Banco do Nordeste do Brasil, que repassará R\$12.000.000,00.

Como 80% da produção agrícola, no valor de R\$32.000.000,00, foram perdidos, já convocamos o Senador Arlindo Porto, que está providenciando uma audiência com o Ministro Fernando Bezerra, a fim de que o Governo Federal também participe dessas ações. É necessária a criação de frentes de trabalho para a manutenção do homem, com um mínimo de dignidade, naquela região. Outra ação urgente é a renegociação das dívidas, principalmente com o Banco do Nordeste, pois não poderá ser feita conforme está na medida provisória. Aquele que perdeu tudo devido às intempéries e adversidades não tem como negociar, assumindo, em longo prazo, uma dívida referente à colheita totalmente perdida. Temos a certeza de que o Presidente desta Casa, Deputado Antônio Júlio, com quem já conversamos, estará presente com as bancadas estadual e federal do Norte de Minas e com os nossos três Senadores, a fim de exigirmos do Governo Federal a complementação das ações que o Governo de Minas, felizmente, já tomou.

Aproveito esta oportunidade para pedir ao Governador Itamar Franco que analise, o mais urgentemente possível, um projeto de nossa autoria que foi entregue ao Secretário Hargreaves. Está na hora de uma ação mais efetiva. Esse projeto autoriza o Governo de Minas a conceder a diferenciação de ICMS para 12% na Área Mineira da SUDENE. As atividades serão decididas pelo Governador, pois o nosso projeto é autorizativo.

Coisas que poderão ser feitas são o aproveitamento do resto de água que ainda temos nos rios e a diminuição do ICMS da energia elétrica - de 18% para 12%. Muitas das atividades agroindustriais não permitem um lucro de 6%. E estamos competindo com a Bahia, que já colocou o ICMS praticamente zero na energia elétrica e 7% para a agroindústria.

Tenho certeza, Governador Itamar Franco, de que o seu sinal verde para que o Norte de Minas possa ter uma diferenciação de ICMS vai fazer com que o homem do campo possa se fixar e algumas empresas possam ser colocadas lá. O Norte de Minas e o vale do Jequitinhonha correspondem a pouco mais de 2% do ICMS arrecadado no Estado, de maneira que essa diminuição acarretará pouco impacto.

O segundo tema de que gostaria de tratar esta quarta-feira, em que desejamos uma feliz Páscoa e um momento de reflexão para todos os mineiros, é relativo à extinção da SUDENE. Por muitas e muitas vezes, tentou-se extinguir a SUDENE. A idéia da criação de uma agência de desenvolvimento e outras idéias mais fazem com que se mate a pessoa para tratar de uma unha encravada. Temos de punir os culpados por fraude. Se existe fraude na indústria de Capitão Enéias, o Ministério Público e o Judiciário já estão apurando, e queremos que, realmente, os culpados sejam punidos. Se existem fraudes em outras situações, que as auditorias possam tê-las detectado; queremos que o Ministério Público entre no assunto e o Judiciário faça a punição.



Mas ficamos pensando que, há poucos dias, tivemos um acidente na estrada de Santa Luzia, e morreram 11 pessoas, porque caíram algumas bobinas do caminhão. Qual a solução para tal caso? Punir a transportadora e a empresa que fabrica as bobinas e está contratando empresa sem capacitação para o transporte das bobinas. Fazer a punição e não parar de fabricar bobinas, porque o País precisa delas. Noventa e oito por cento do IPI gerado no Norte de Minas é feito por empresas bem-sucedidas, gerando impostos e empregos. São empresas incentivadas pela SUDENE. Mas 70% do ICMS industrial da Área Mineira da SUDENE é de empresas que foram incentivadas pela SUDENE. O Norte de Minas deve muito à SUDENE. Projetos de grande alcance social, como o Projeto de Apoio ao Pequeno Produtor, que investiu US\$45.000.000,00, muito bem-sucedidos, em energia elétrica, em barragens, em pontes, em tratores, em atividades produtivas, junto com o Banco Mundial, num empréstimo do Governo Federal, feito por meio da SUDENE, em torno de 70%. Agora estamos a pleitear um PAPP II, um PRODETUR II e vamos extinguir a SUDENE, acabar com isso tudo e deixar aquela região sofrendo ainda mais, porque já sofre pela distribuição da água. A terra é boa, o povo é valente e trabalhador, porém, o nosso céu faz com que a chuva caia, apenas, durante dois meses.

Fica o nosso protesto veemente contra aqueles que querem acabar com a SUDENE. Temos de ter, cada vez mais, o Ministério Público e o Judiciário agindo e punindo os culpados, mas nunca terminar com a nossa querida SUDENE.

O Deputado João Pinto Ribeiro (em aparte)\* - Deputado Arlen Santiago, quero, apenas, cumprimentá-lo. Estou escutando atentamente o pronunciamento de V. Exa. e percebo quanto tem acompanhado detalhadamente os acontecimentos do Norte de Minas. V. Exa. está de parabéns pelo esforço e pela dedicação com os seus eleitores e com esta região. Parabéns por levantar, nos mínimos detalhes, problemas tão diferentes dessa região que precisa de tanta ajuda do poder público.

Era só o que queria colocar nesta tarde. V. Exa. aborda com detalhes e mostra que acompanha, de fato, os acontecimentos dos Governos Federal, Estadual e Municipal do Norte de Minas. Muito obrigado.

O Deputado Arlen Santiago\* - Muito obrigado, Deputado João Pinto Ribeiro, pelo aparte e pelo trabalho por Minas Gerais. V. Exa. tem feito um grande trabalho por Minas Gerais. O Projeto Curumim, um dos idealizados por V. Exa., foi extremamente vitorioso, porque foi implantado em várias áreas pobres, como no Norte de Minas e no vale do Jequitinhonha. Esses projetos estão frutificando e fazendo com que os jovens se preparem melhor, diminuindo a violência e tendo um caminho de vida.

Seguindo o exemplo de V. Exa., temos certeza de que Minas Gerais fará bons projetos. Obrigado, Itamar Franco, e obrigado, Newton Cardoso, por agirem rapidamente no combate à seca na Área Mineira da SUDENE. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Doutor Viana\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, funcionários da Casa, telespectadores da TV Assembléia e amigos das galerias, o que novamente me traz a esta tribuna é uma reportagem que está hoje, nos jornais, sobre o IPSEMG. O Instituto está sendo denunciado por contratação com superfaturamento. O jornal "Estado de Minas" diz o seguinte: "Procedimentos sob suspeita. Itamar Franco determina auditoria geral no Instituto, a partir de denúncias envolvendo o BIOCOR de Nova Lima e o Hospital São Lucas, de Montes Claros".

Na realidade, bem antes de o Governador determinar a auditoria no Instituto, o Presidente deste, Dr. João Diniz Pinto Júnior, tão logo teve conhecimento dessas denúncias, no dia 30 de março, instalou uma auditoria interna, para apurar as denúncias. No dia 2 de abril, solicitou a auditoria do Estado, por meio do Auditor Dr. Ayrton Maia, para que também investigasse o caso, a fim de esclarecer as possíveis irregularidades.

Então, essas duas auditorias solicitadas pelo Presidente do Instituto já se encontram em andamento. O Presidente João Diniz vem desenvolvendo um trabalho sério e competente. O que aconteceu é possível ocorrer. Fui Prefeito da minha cidade, Curvelo, onde havia mil e poucos funcionários. Se um funcionário comete alguma irregularidade, se eu tomar conhecimento disso, tenho que investigar e, depois, se confirmada a denúncia, punir o responsável. O Presidente do IPSEMG está fazendo isso.

Não é justo que, de antemão, se queira afastar a diretoria, que vem conduzindo - e comprovadamente bem -, durante esses 2 anos e 4 meses de Governo Itamar Franco, os destinos do IPSEMG.

Não sou advogado de defesa da diretoria ou de quem quer que seja. Sou a favor da legalidade, do que é correto, transparente; sou a favor de que sejam apuradas as denúncias. É preciso, primeiramente, confirmar as denúncias; se confirmadas, punir os responsáveis. Não é tirá-lo do cargo, como querem já algumas pessoas, antes de serem apuradas as denúncias. Elas não são contra o Presidente do Instituto, mas contra uma Superintendência, uma diretoria e alguns funcionários. Desde o dia 30, há uma auditoria interna; no dia 2, iniciou-se a auditoria oficial do Estado de Minas Gerais.

Quero parabenizar o Presidente por ter tomado essa atitude muito antes de se levantar suspeita contra sua pessoa, que vem fazendo um trabalho, diga-se de passagem, honrado, digno, correto, com resultados não somente em benefício do Estado, mas também dos funcionários, dos dependentes e das pessoas que recebem benefício do IPSEMG.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Obrigado, Deputado Doutor Viana. O seu pronunciamento realmente merece uma reflexão. Gostaria de parabenizá-lo pelo seu brilhantismo.

O IPSEMG, hoje, para nós, é um exemplo de trabalho, determinação e, acima de tudo, seriedade. Esta Casa, há dois anos aproximadamente, aprovou o nome do Dr. João Diniz Pinto Júnior para Presidente daquele Instituto. Pudemos observar, à época, que os funcionários do IPSEMG que estavam nas galerias ficaram muito satisfeitos com a indicação e a acertada escolha do nosso Governador, por ser o Dr. João um grande conhecedor do assunto. Tenho estado, constantemente, com o Presidente do Instituto e verificado a seriedade com que são tratados os interesses dos servidores de Minas Gerais.

Essa manifestação de V. Exa. é muito importante. O Presidente do IPSEMG, por meio do Dr. Ayrton Maia, solicitou uma auditoria. Não tenho dúvida alguma quanto à honorabilidade dele, dos demais Diretores, principalmente daqueles que estão no do primeiro escalão do Instituto da Previdência.

Parabenizo V. Exa., porque justiça tem de ser feita: é muito reconhecido o trabalho extraordinário que o nosso Presidente tem feito, que é a implantação do IPSEMG Família, percorrendo não somente a Grande BH, como também todo o interior de Minas Gerais, levando tranquilidade ao servidor quanto aos planos de saúde e odontológicos. Tenho certeza absoluta de que nada se encontrará contra o IPSEMG.

O Deputado Doutor Viana\* - Quero, mais uma vez, parabenizar o Governador Itamar Franco pela escolha do Presidente do Instituto da Previdência, que é um homem que conhece a vida daquele órgão com profundidade, que não está lá para fazer política em benefício próprio, que não é candidato a nada, que vem exercendo o cargo da maneira mais técnica possível. Se alguma Diretoria ou alguém fez alguma coisa errada - o que pode acontecer -, isso tem de ser apurado. Ele, imediatamente, solicitou uma auditoria interna. Não bastasse isso, três dias depois solicitou uma auditoria do próprio Estado com o auditor principal, Dr. Ayrton Maia, nomeado pelo nosso Governador.

Estamos aqui para denunciar o que estiver errado, cobrar e punir quem errar. Agora, não podemos nos antecipar aos fatos, ou seja, colocar o carro na frente dos bois. Já houve a denúncia, e ela está sendo apurada a pedido do Presidente há vários dias, e não do Governador, como noticiou a imprensa. Ele queria levar ao Governador já os esclarecimentos, mas a imprensa, em sua função de informar, antecipou algumas notícias, que estão sendo avaliadas, para serem levadas em sua íntegra ao Governo.

Algumas pessoas que estão tendo seus interesses feridos, ao não serem atendidas pelo órgão em situações incorretas, já demonstraram a intenção de derrubar a diretoria. Vamos continuar investigando o caso, como é nossa obrigação, e se apurarmos a existência de interesses pessoais de indivíduos ligados ao Governador, traremos o fato ao conhecimento de toda a Assembléia.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Deputado Doutor Viana, estou acompanhando seu pronunciamento. Gostaria de tratar desse assunto, mas meu tempo não foi suficiente. O mínimo que podemos fazer é convidar o Presidente do órgão e as pessoas demitidas a fim de aqui virem prestar esclarecimentos, pois queremos ouvir as duas partes. A imprensa está

informando algo grave: o que faz a denúncia é demitido. Precisamos saber até que ponto isso é verdadeiro.

Conheço um pouco das questões do IPSEMG, já que fui Presidente da Comissão Especial do IPSEMG e da CPI do IPSEMG. Havia uma grande demanda dos servidores, que acabou sendo atendida, para que os próprios servidores de carreira o administrassem. O João Diniz está na Presidência e, em algumas oportunidades, pude elogiá-lo em suas ações gerenciais e administrativas, mas, em face de uma denúncia como essa, temos que exigir explicações bastante claras. Não basta que o Auditor do Estado dê sua posição, pois é sua função dar informações para o Governador sobre sua administração, e nada mais. O Poder Legislativo e outras instâncias, como o Ministério Público, deverão buscar esses esclarecimentos, pois essa postura, pelo que diz a imprensa, já nos preocupa: demitir alguém que fez uma denúncia já é suspeito.

Há ainda uma outra questão. Aprovamos nesta Casa, e o Governador Itamar Franco vetou, o Conselho Deliberativo do Instituto - CODEI. Ele nos mandou outro projeto, visto que vetara o feito em acordo com os servidores, e já tive informações de que os próprios servidores não estão muito interessados na derrubada desse veto, pela qual iremos lutar. Por que será? Se tivéssemos um conselho deliberativo implantado lá com representantes dos três Poderes, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, talvez essas questões fossem evitadas.

É oportuno dizer que esse veto no Conselho Deliberativo do IPSEMG tem de ser derrubado, porque desejamos mais transparência e controle dos servidores. Faremos convocação para que venham a esta Casa prestar esses esclarecimentos. Muito obrigado.

O Deputado Doutor Viana\* - Deputado Miguel Martini, essa é a sugestão que faço ao final. Convocaremos, para comparecerem à Comissão de Saúde, o Presidente do órgão e as pessoas envolvidas. Fui informado de que o Diretor não foi demitido, pediu exoneração do cargo. Voltaremos para trazer essas informações corretamente, de acordo com a evolução dos fatos. Faço essa denúncia por me preocupar muito com essa maneira de alguns desejarem ser mais realistas que o rei e, antes de os fatos serem apurados, desejarem tirar o Presidente do Instituto, que não é o responsável direto. Ao esclarecermos os fatos, também responderá por isso. Então, informaremos ao povo de Minas Gerais a realidade dos fatos. Muito obrigado.

- \* Sem revisão do orador.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, TV Assembléia, amigas e amigos, volto à tribuna para tecer considerações oportunas e necessárias. Nesta manhã, na Comissão do Consumidor, apreciamos e aprovamos o requerimento de autoria da Deputada Maria José Hauelsen solicitando que a Comissão do Consumidor, juntamente com a de Saúde, promova ampla discussão com relação à situação dos medicamentos comercializados em Minas Gerais e, particularmente, em Belo Horizonte. Apresentamos essa reflexão na tarde de ontem e obtivemos um contato com o Presidente do Conselho de Farmácia, ocasião em que pudemos perceber a sua preocupação quanto às fórmulas e à distribuição dos remédios, trazendo uso nocivo ao consumidor. Essa audiência viria oportunamente. Nesta Casa, promoveremos ampla discussão. Convocaremos a Vigilância Sanitária, o Presidente do Conselho de Farmácia, os sindicatos dos profissionais da indústria farmacêutica e todos aqueles que possam discutir amplamente essa matéria. Já não podemos conviver com isso. Em decorrência das denúncias apresentadas pela imprensa da Capital, tomamos conhecimento de que o Brasil está servindo de cobaia para o uso desses medicamentos. Por meio da Comissão do Consumidor, da Comissão de Saúde e da Comissão do Trabalho, Previdência e Ação Social, está na hora de discutirmos essa questão. Tenho a certeza de que, em boa hora, abordaremos esse importante assunto de interesse de nosso povo.

Registro que, por indicação do meu partido, PSD, estou presidindo a Comissão do Trabalho, Previdência e Ação Social. Essa Comissão tem uma tarefa tão difícil quanto as outras. Conduzi-la é responsabilidade grande para os seus membros e para o Presidente. Mas vejo, na Comissão do Trabalho, acima de tudo, grande espaço para estabelecer parceria efetiva com o Ministério Público, o Conselho Tutelar, e toda a sociedade. Os conflitos a que temos assistido, em Minas Gerais, são extremamente preocupantes. Como Presidente dessa Comissão, nos desdobramos buscando a promoção do trabalho e da ação social. Temos que voltar nossos olhos para o menor carente. Temos a preocupação de criar escolas técnicas e profissionalizantes que dêem condições aos menores, retirando-os das ruas. Ontem, desta tribuna, o Deputado João Pinto Ribeiro lamentava a morte trágica de pessoas e o mesmo fez a Deputada Maria Olívia. São menores infratores, já acostumados ao crime. Em nossa Comissão, buscaremos, junto a todos os órgãos governamentais, uma forma de resgatar os interesses da criança e do adolescente. Temos o Estatuto da Criança e do Adolescente, que completou dez anos, mas que ainda exige muito estudo e, principalmente, ação por parte dos Governos Estadual e Federal.

Na próxima semana, chegará a este Plenário nosso projeto, que regulamenta o serviço voluntário. Apresentamos essa proposição, no ano passado, visando a regulamentar o serviço voluntariado em Minas Gerais. Neste ano, estamos comemorando o Ano Internacional do Voluntariado. Hoje, é matéria na imprensa o serviço voluntário. Minas Gerais tem dado seu testemunho na prestação do serviço voluntário. Em todos os segmentos sociais, faz-se necessária a presença do voluntário. Por essa razão, apresentamos esse projeto de lei, que visa a regulamentar o trabalho do voluntariado. Destinaremos os serviços corretos às pessoas certas que se apresentarem para o trabalho voluntário. É extremamente útil um cidadão sair de sua casa, deixando seus afazeres, para prestar serviço voluntário em creches, cadeias públicas, hospitais. Mas, para tanto, precisamos ter um regulamento, um respaldo legal, para criar os mecanismos necessários à viabilização do serviço voluntário, a fim de que seja satisfatório. Neste momento, em que comemoramos o Ano Internacional do Voluntariado, Minas Gerais, pelo coração bondoso de seu povo, apresenta o maior índice de voluntários para prestação de serviços em obras sociais. Isso, para nós, é um orgulho, pois retrata a cara do povo mineiro, o coração amigo da gente generosa das Minas Gerais. Tenho a certeza de que nosso projeto será sancionado, quando termos condições de atender a todas as instituições e creches, a todos os órgãos que carecem do serviço voluntário.

Finalmente, quero dizer que, na tarde de ontem, discutíamos a questão da Rodovia 459, e várias foram as ponderações feitas por colegas da nossa região.

Posso anunciar que, nesta manhã o DER-MG está assumindo o controle da Rodovia 459, com início da operação tapa-buracos.

É uma enorme satisfação para nós, porque ontem mesmo havíamos manifestado o nosso acompanhamento, em Brasília, sobre o momento de tragédia da Rodovia 459. Ontem os Deputados Chico Rafael e Ambrósio Pinto e os demais Deputados da bancada do Sul de Minas manifestaram sua preocupação, e afirmamos a nossa, do dia-a-dia, quando declaramos publicamente desta tribuna que as obras seriam iniciadas em 48 horas. Felizmente, o DER-MG iniciou, esta manhã, a operação tapa-buracos na Rodovia Itajubá-Piranguinho, o que realmente satisfaz, neste momento, todos os usuários. É um trabalho do DER-MG, que merece a nossa homenagem na pessoa do Dr. Maurício Guedes, do Dr. Sebastião Elias e de todos os que estão lutando.

Parablenho todos da nossa bancada. Deputado Miguel Martini, também V. Exa. é votado no Sul de Minas. É uma satisfação saber que, pelo menos neste momento, essa situação alíftiva para todos nós está contornada.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Queremos dizer que conhecemos a situação, que é grave. Conhecemos não só por visitar a região, mas também por irmos na comitiva da qual V. Exa. estava presente, e vimos a precariedade da rodovia.

Vimos aqui um jogo de empurra. O Governo Estadual dizendo que é do Governo Federal, e vice-versa. O povo já não pode conviver com isso. Daria aqui uma sugestão. Hoje o Ministério dos Transportes está nas mãos do PMDB, o DNER idem, e o PMDB é do Governador Itamar Franco e do Newton Cardoso.

Queria deixar uma sugestão: que a própria Bancada do PMDB de Minas Gerais fizesse uma comitiva e fosse com o Governador e o Vice-Governador ao Ministro, que é do PMDB, e digam: "Ministro, somos do mesmo PMDB. Por favor atenda-nos em Minas Gerais". A situação é grave, é crítica, e precisamos resolver essa questão. Falta na verdade um pouco de vontade política.

Parablenho V. Exa., Deputado Dalmo Ribeiro, assim como os outros Deputados do Sul de Minas, como os Deputados Bilac Pinto e Chico Rafael, pela sensibilidade, pelo empenho, pela dedicação. Mas vemos que, politicamente, o Governo só quer fazer aquilo que é "factóide", que chama a atenção. Para resolver mesmo o problema de Minas Gerais, do Sul de Minas, não tem interesse. Fez aquele processo, disse que tinha que ser emergencial, depois disse que era por causa da CPI. Tudo isso passou, mas o problema continua grave como está, como V. Exa. e o Deputado Chico Rafael o mostraram.

Então, a minha sugestão é: já que o Ministro é do PMDB, o DNER está com o PMDB, o Governador Itamar Franco é do PMDB, Newton Cardoso, Vice-Governador, é do PMDB, quem está no DEOP, na Secretaria de Obras é também do PMDB, ligado a Newton Cardoso, que façam uma comitiva e vão a Brasília pedir ao Ministro que resolva o problema, porque o povo já não agüenta.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Foi um prazer ouvir V. Exa. Na tarde de ontem, manifestamos nossa preocupação. Se necessário fosse, voltaríamos a Brasília. No entanto, com o devido respeito, discordo de V. Exa. quanto a reunir a Bancada do PMDB. Temos que reunir, sim, os Deputados do Sul de Minas, independentemente de filiação partidária, porque o nosso partido é a nossa região, é o nosso Estado. Não estamos discutindo o PMDB, mas a situação aflitiva de nosso povo, independentemente de filiação e cor partidária.

Essa é a nossa reflexão. Sou do PSD; o Dr. Jorge é do PMDB; o Bilac Pinto é do PFL; o Chico Rafael é do PSB; o Ambrósio Pinto é do PTB. No entanto, todos estamos irmanados num só sentimento: resgatar e devolver a tranquilidade da nossa região.

Usando a tribuna ontem, afirmei que se daria em 48 horas o início das obras da operação tapa-buraco. Mas é com muita alegria que quero anunciar que essas obras já foram iniciadas nesta manhã. Elas, tenho a certeza, tranquilizarão todo o Sul de Minas.

Aos nossos colegas, a todos os nossos assessores, à nossa diretoria, uma feliz Páscoa. Que esta Casa tenha, acima de tudo, muita paz na ressurreição de Nosso Senhor!

O Deputado João Leite\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público presente, telespectadores da TV Assembléia, o Deputado Miguel Martini levantou bem a questão: quando existem problemas, a culpa é dos Deputados do PSDB. No entanto, os cargos pertencem ao PMDB. Então, onde estão as obras para Minas Gerais, para as quais o PMDB deveria estar atento, pois diz respeito a uma questão fundamental, que é a malha viária? Praticamente, todo o nosso País passa por nossas estradas, que estão em péssima situação.

O Deputado Martini cobrou bem. Fica esse ensaio, esse jogo de cena, mas basta procurar o Ministro, do PMDB, o DNER, que também está com o PMDB, a Secretaria de Obras e o Governador, que também são do PMDB, para que façam as correções nas estradas. A responsabilidade é desse partido, e vamos cobrar ações por parte dele.

É interessante como, na Assembléia Legislativa, começamos a ver as situações. Há alguns dias, ouvimos muita "rasgação de seda", muitos elogios ao IPSEMG. Fiquei pensando qual era a causa de tantos elogios. O que estaria acontecendo? Fiquei atento às manifestações dos Deputados em Plenário e não vi razão para tanto entusiasmo, já que, há tanto tempo, estamos aguardando que o Governador aprove o Conselho Deliberativo do IPSEMG, com a presença do Tribunal de Contas, do Ministério Público, da Assembléia Legislativa, para haver transparência no processo. Fiquei pensando: "o que está acontecendo?". A resposta está aí. É mais um escândalo deste Governo, que está lançando mão do dinheiro destinado à saúde do servidor mineiro. É inaceitável. No entanto, os Deputados ocupam os microfones para elogiar o IPSEMG, dizendo que está maravilhoso. É preciso apurar. O que aconteceu com o servidor dessa entidade o qual teve a coragem de começar a apuração? Recebeu um prêmio? Foi chamado ao Palácio? A Comissão de Saúde ou de Administração Pública da Assembléia o chamaram, a fim de terem mais informações? Não. Foi exonerado. Cometeram uma injustiça. Esperávamos que os Deputados levantassem a voz em favor desse servidor. No entanto, em vez disso, elogiaram o Presidente do IPSEMG e o Governo. Estão fazendo "lobby" nesta Casa para a manutenção do veto do Governador no CODEI. Quer dizer, então, que não teremos o Conselho Deliberativo do IPSEMG, com a presença de representantes do Ministério Público e do Tribunal de Contas.

Procedimentos de R\$100,00, Deputado Sávio Souza Cruz, constam nas notas como se fossem de R\$1.000,00. Procedimentos de R\$1.000,00 estão sendo cobrados como de R\$10.000,00 ou R\$15.000,00. Isso precisa ser apurado.

O Deputado Sávio Souza Cruz (em aparte)\* - Obrigado, Deputado João Leite. Como todos os episódios surgidos durante o Governo Itamar Franco, esse também será apurado em profundidade e à exaustão. O Governador Itamar Franco decidiu - diferentemente de outros governos, sobretudo do Governo Fernando Henrique Cardoso, do seu partido - não obstaculizar a instauração de nenhum processo de investigação, notadamente aqueles de apuração parlamentar, ou seja, as famosas CPIs. Durante o período em que exerci a Liderança do Governo, fui signatário de todos os pedidos de apuração de eventuais irregularidades no próprio Governo.

Portanto, em Minas, não se obstrui investigação. O Governo estimula a apuração, porque sabe que a investigação vigilante, especialmente a que é feita pelo Poder Legislativo, contribui para a respeitabilidade das instituições e para a efetividade do próprio Governo. No que diz respeito ao IPSEMG, não há prejulgamentos. Ontem, participei de uma reunião de Governo, que tratou desse assunto. A Auditoria-Geral do Estado já está se aprofundando na investigação, assessorada pela Procuradoria da Fazenda. Portanto, V. Exa. poderá ter absoluta certeza de que as responsabilidades serão apuradas. Conheço e respeito toda a diretoria, o que não impede o meu total apoio à apuração, com profundidade, do ocorrido. Obrigado.

O Deputado João Leite\* - Muito obrigado, nobre Deputado Sávio Souza Cruz. Acontece que não ficamos satisfeitos com as apurações desse Governo. Estamos nos lembrando da dengue, da FHEMIG, da FUNED. Por mais que se esforce o Deputado Sávio Souza Cruz, não podemos nos esquecer de que o Governador Itamar Franco iniciou o seu Governo dispensando licitação, em 1999. Diz que apura, mas não apura nada. Não existe punição. Enquanto isso os recursos públicos são utilizados dessa maneira nesse Governo. Esperava que o PMDB, do Governador Itamar Franco, que faz parte do Governo Federal, assinasse a CPI da corrupção, em Brasília, mas o PMDB não assinou. Então, não é o PSDB do Deputado João Leite, é o PMDB do Governador Itamar Franco. E é o Governo Itamar Franco que tem que explicar mais um escândalo em Minas Gerais. E, diferentemente do que diz o Deputado Sávio Souza Cruz, o Auditor-Geral, o Desembargador aposentado Ayrton Maia desconhece qualquer procedimento em relação ao IPSEMG. É isso que estamos vendo. Não existe apuração. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente e Srs. Deputados, volto a esta tribuna para fazer coro, num primeiro momento, com o Deputado João Leite. A cada dia surge mais um caso suspeito no Governo. Não vamos aceitar que o caso do IPSEMG fique sem explicação que nos convença de que as informações aqui são falsas. Se forem verdadeiras, vamos exigir do Governo que tome atitude. Se for o caso, iremos a outras instâncias. O que não pode é a sociedade e principalmente, no caso, os servidores públicos, que já vivem mazelas e tantas inseguranças, sofrerem mais. Esse Governo, a cada dia, retarda ainda mais a escala de pagamento dos funcionários. Os funcionários, principalmente os do interior, apesar de já ter havido alguma melhora ainda não são atendidos nas suas necessidades de saúde, odontologia e educação. Por isso reclamam.

Agora, surgem essas denúncias dos casos dos hospitais de Nova Lima, o Biocor e o São Lucas, de Montes Claros. Além dessas suspeitas de superfaturamento na hora de pagar os médicos.

É realmente preocupante o fato de aquele que denunciou ser punido. Não é possível que aceitemos isso. Vamos fazer requerimento ao Presidente, à Diretoria do Instituto e a esses que foram demitidos, para que venham à Comissão prestar esclarecimentos. Queremos apurar tudo isso.

A questão de Belo Horizonte, desse desgoverno, Deputado Sargento Rodrigues, vejo V. Exa. prestando atenção. V. Exa. apoiou o Prefeito Célio de Castro. Não sei se, hoje, daria o mesmo apoio. De qualquer maneira, veja. O Prefeito, há um mês ou dois, depois de oito anos na Prefeitura, descobre que Belo Horizonte precisa de um plano de transporte coletivo. Veja, Deputado João Leite, oito anos depois determina à sua assessoria que apresente um plano para resolver o problema de transporte coletivo de BH. Só ele não sabia do problema. Todos de BH e de fora da cidade já sabiam disso, e ele não sabia.

O jornal denuncia que há 10 anos BH não vê obra significativa acontecendo. Houve, sim, do Governador Eduardo Azeredo, o PROSAN; houve, sim, obra do Governo do Estado. Da Prefeitura de Belo Horizonte, nada. E ainda há as obras que pretende executar, das quais não desistimos: estamos aguardando o Ministério Público, que está fazendo um trabalho seriíssimo sobre isso. Quero elogiar o Promotor Rodrigo, que está fazendo um ótimo trabalho. Em breve, teremos notícias a respeito disso. Não nos demos por satisfeitos com aquela obra tendenciosa, contra os interesses de BH, que foi o desassoreamento da Lagoa da Pampulha.

Agora, promete mais uma enorme quantidade de obras. Quem pega um jornal diz: "Puxa vida, os problemas de Belo Horizonte agora estão resolvidos". Será que estão mesmo resolvidos, Deputado João Leite, os problemas das crianças, da merenda escolar, do transporte coletivo? O Prefeito pode ser chamado de "O Promessinha". O Prefeito que gosta de fazer promessa! Na primeira campanha, prometeu e não fez nada. Na segunda, fez as promessas da primeira e fez outras. Prometeu que traria o metrô da Pampulha à Savassi. Ouvi bem claramente todas as promessas dele. O jornal dizia, ontem, que vai cumprir as promessas. Mas quais promessas? Do primeiro mandato, quando foi vice? Disse que resolveria os problemas das crianças em seis meses. Não resolveu nem o das crianças nem o dos outros; não resolveu nenhum. Há até um jargão que se espalhou pelo Brasil afora, na época da campanha: "Bahia é um verdadeiro canteiro de obras; há obras para todos os lados. Em Belo Horizonte, é tudo obra no canteiro". Ele só fazia enfeitar os canteiros das estradas em BH. Foi a imprensa que espalhou essa notícia por aí, que é verdade.

Agora, está anunciando, mais uma vez, que fará a Pedro II, a Lagoa da Pampulha, que vai fazer a Estação BH Bus. Mas ele esqueceu-se de dizer que prometeu também que traria o metrô. Agora não vai mais duplicar a Antônio Carlos, vai trazer o metrô subterrâneo, da Pampulha até a Savassi.

E o belo-horizontino nos pergunta: é possível conviver com tamanha ineficiência e incompetência? E aí entra uma colocação simples: não é problema dele, é problema do Governo Federal, da devastação social - gravei bem essas palavras, que, a meu ver, até dormindo, ele repeta. E qual é a sua estratégia? Ele não responde, fica bem caladinho, como o preguiçoso que, quando tem vontade de trabalhar, fica quieto, esperando a vontade passar. Tal é o imobilismo do Prefeito. Quando alguém o sacode, ele fica quieto esperando a vontade de fazer algo passar. Enquanto isso, Belo Horizonte continua com seus graves problemas.

O Deputado João Leite (em aparte)\* - Obrigado, Deputado Miguel Martini. Acompanho com atenção o seu pronunciamento. Ontem mesmo, recebi alguns servidores da Prefeitura de Belo Horizonte, indignados com relação a essa administração do Dr. Célio de Castro e do Sr. Fernando Pimentel. Eles se revoltaram contra essa reforma administrativa, que paralisou a Prefeitura por 100 dias. Além disso, disseram que o Prefeito tem governado por meio de decretos, impedindo alguns deles a nomeação de pessoas.

É impressionante termos, hoje, em Belo Horizonte, 53 Secretarias. Antes, tínhamos 14. Atualmente, temos 53 Secretários na cidade.

O Deputado Miguel Martini - Abro um parêntese, para lembrar que o Prefeito de Contagem, ao recriar a Secretaria da Cultura e do Desenvolvimento Social, foi achincalhado pela imprensa. O Prefeito Célio de Castro saiu de 14 Secretarias para 52, para não fazer nada, e, mesmo assim, tem sido elogiado. Gostaria de saber quais são esses interesses. Por que a imprensa é tão benévola com esse Prefeito, enquanto denigre a imagem do Prefeito de Contagem, que está tentando resgatar o que foi destruído pela desastrosa administração anterior do PMDB? Ele criou seis Secretarias e foi criticado de todas as formas. Aqui, criaram-se 52 Secretarias, sem resultado algum, com altíssimos salários, e nada acontece.

O Deputado João Leite (em aparte)\* - O Prefeito Ademir Lucas está recriando a Secretaria de Cultura e Desenvolvimento Social, extinta pelo Sr. Newton Cardoso, em seu Governo. Mas também, Deputado Miguel Martini, há quem não considere importante a cultura e o desenvolvimento social.

Mas estamos vendo que foram criados 1.434 cargos nessa Prefeitura, sendo 509 de recrutamento amplo. É uma festa com o dinheiro do contribuinte de Belo Horizonte! Além disso, os servidores denunciaram que os motoristas - e entendemos que têm um importante papel - estão sendo colocados como diretores de vias urbanas.

Há ainda esse escandaloso contrato entre a Prefeitura e a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa - FUNDEP -, da UFMG. Deputado Miguel Martini, já pude perceber a existência do 32º Termo Aditivo ao Contrato nº 329/95 da FUNDEP. Há a modificação da Cláusula 2ª do 30º Termo Aditivo do contrato, passando o prazo de prorrogação para quatro meses. O que essa Fundação está contratando? Temos alguns exemplos, como a complementação do acesso para montagem da biblioteca, na Procuradoria-Geral do Município de Belo Horizonte, por R\$86.176,00. Temos aqui: "FUNDEP contratada para promover condições e estabelecer meios para desenvolver ações de cooperação técnica através de cursos de consultoria nas áreas de engenharia civil, por R\$900.000,00". Tudo isso com dispensa de licitação.

Depois, temos ainda a contratação de uma consultora de "marketing", por 12 meses, pelo valor de R\$21.219,00; a contratação de economista, por R\$45.000,00, sem licitação; de um analista de sistema, por R\$47.000,00; de mais dois analistas de sistema, por R\$94.000,00; de mais um analista de sistema, por R\$47.000,00; de mais um analista, por R\$30.000,00; de um consultor para implementar a instalação e o planejamento de informática, por R\$48.000,00.

Há, depois, um outro, com dispensa de licitação, R\$154.000,00, para a prestação de serviços técnicos especializados em treinamento, em consultoria e em assessoria. Esse contrato foi iniciado em 1995 e vem recebendo termos aditivos, para ser mantido pelo contribuinte de Belo Horizonte.

O Deputado Miguel Martini - Já são 33 vezes, Deputado?

O Deputado João Leite (em aparte)\* - Isso é o que consta aqui, mas existem muito mais termos aditivos. Estamos fazendo o levantamento de tudo isso.

O Deputado Miguel Martini - Ele não disse, em sua campanha, que a sua administração seria transparente?

O Deputado João Leite (em aparte)\* - E, infelizmente, Deputado Miguel Martini, o contribuinte de Belo Horizonte está pagando por isso. Em 100 dias, no que V. Exa. chamou de "desgoverno", em Belo Horizonte, não aconteceu nada, a não ser esses contratos e uma verdadeira festa, com o recrutamento amplo e a criação desses cargos de Secretários: 53 cargos.

O Deputado Miguel Martini - Isso é lamentável, Deputado João Leite. O povo de Belo Horizonte deve se perguntar: "Será que isso é ser da "esquerda"?". Esse é o modelo socialista, ou seja, não respeitar a lei? Oportunamente, traremos os dados desta vergonha: o acordo feito entre a Prefeitura e a Andrade Gutierrez, para o pagamento de uma dívida que era de US\$6.000.000,00 e que chegou a US\$600.000.000,00, sem que fosse findado um prego. Então, negociaram para aproximadamente US\$70.000.000,00 e um pouco mais. Isso é uma verdadeira festa com os recursos públicos. Enquanto isso, os hospitais continuam com as filas, as pessoas continuam com dengue, febre amarela e com problemas de transporte coletivo. Em Curitiba, não há problemas com relação ao transporte alternativo, porque o transporte coletivo funciona. O problema não é com os perueiros, mas com a ineficiência da administração pública, que gera essa necessidade e essa demanda. Lamentamos e desejamos estar aqui na Assembléia cobrando da Câmara Municipal de Belo Horizonte, para que cumpra o seu papel de fiscalizadora, fazendo essas denúncias. A CPI da Pampulha, que o Vereador tentou implantar, foi abafada pela base de apoio do Governo Célio de Castro na Câmara Municipal. Senhor eleitor e senhora eleitora, cobrem do Vereador em quem votaram, para que fiscalize e verifique que não há controle do orçamento da Prefeitura de Belo Horizonte e que não há um sistema informatizado da execução orçamentária.

E, cada vez que há uma notícia de que a Prefeitura não fez nada, o Prefeito faz uma promessa. Então, vemos mais uma promessa descumprida. Isso é lamentável. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados e telespectadores da TV Assembléia, estávamos atentos, como disse o companheiro Deputado Miguel Martini, e continuamos atentos ao pronunciamento de V. Exa., bem como o dos outros oradores que me precederam.

Sr. Presidente, não conseguimos ficar calados diante de tanto descalabro que vem acontecendo no País. Consta no "Estado de Minas" de 8 de abril: "Minas é discriminada pelo Governo Federal".

O Presidente Fernando Henrique Cardoso lançou um programa em que pretende investir R\$700.000.000,00 em recuperação e urbanização de favelas. Mas só serão beneficiadas as cidades do Rio de Janeiro, de São Paulo e Salvador, como se não houvesse favelas em Belo Horizonte. Não é a primeira vez que isso acontece. Quando lançou o Projeto IDH-14, depois rebatizado de Projeto Alvorada, Fernando Henrique também deixou Minas Gerais de fora, apesar de os índices, em centenas de cidades do Estado, serem iguais ou piores que o das beneficiadas, no Norte e no Nordeste.

De fato, são assuntos de relevância que não podemos deixar de abordar. Participando de um debate com o Deputado Doutor Viana, tivemos a oportunidade de expor nossa opinião. Ficamos a nos perguntar quando é que o Governo Fernando Henrique vai desconfiar que a disputa eleitoral acabou. Não se trata de disputa de facção, pois tem um país a presidir, estando em seu sétimo ano de mandato. Por quê, mais uma vez, Minas foi discriminada?

Assim como o Deputado Miguel Martini, também estamos estarecidos com o que vem acontecendo no Governo Federal, em grandes proporções: descalabros, corrupções, que tanto nos envergonham. No Governo Itamar Franco, o Governador é o primeiro a determinar que o seu Líder assine uma CPI para apurar irregularidades. Não é o que vem acontecendo em Brasília, onde o Presidente determina à sua base que não assine o requerimento da CPI para o Caso Eduardo Jorge, aquele do TRT, do Juiz "Lalau", dos R\$170.000.000,00 do

dinheiro público que foram desviados. Tudo isso nos deixa estarecidos. Na próxima semana, estarei pedindo o apoio dos Deputados desta Casa para que possamos, numa comissão suprapartidária, apurar o que ocorreu no caso do IDH-14, em que o Governo Federal, mais uma vez, retalia Minas Gerais. Será que nosso Estado não se encontra inserido no País? Será que Minas se tornou um país independente? É assim que Fernando Henrique vê nosso Estado, demonstrando o grau de irresponsabilidade do Governo Federal. Creio que, apesar da memória curta de alguns, a maioria da população ainda não se esqueceu dos casos da "Pasta Rosa", do SIVAM, do PROER, da reeleição, quando, descaradamente, venderam votos a R\$300.000,00 e R\$400.000,00, na Câmara Federal, para reelegerem o nosso Presidente da República.

Antes da minha conclusão, concedo um aparte a V. Exa., Deputado Miguel Martini, e reafirmo que continuo apoiando, como o tenho feito desde a primeira entrevista, quando fui abordado pela TV Alterosa com respeito às apurações que V. Exa. levou ao Ministério Público. Não compactuo com nenhuma irregularidade e gostaria que o Ministério Público fosse a fundo para investigar qualquer caso, nos âmbitos federal, estadual ou municipal.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Não poderia esperar outro comportamento de V. Exa., Deputado Sargento Rodrigues. V. Exa. tem sido correto e ético nesta Casa e o parabeno por isso. Realmente sou testemunha de que V. Exa. deu apoio para que as medidas fossem tomadas. Mas quero dizer-lhe que algumas de suas observações são verdadeiras e outras merecem maior análise. São verdadeiras quando dizem que há uma corrupção desenfreada neste País em todos os níveis - federal, estadual, municipal. E não há nenhum município ou Estado isento disso. Há um câncer da corrupção. Costumo dizer que, se acabássemos com a corrupção neste País, poderíamos transformá-lo numa potência de primeira grandeza. Não tenho dúvida disso.

O problema de corrupção é verdadeiro sim, como o caso da própria SUDAM, que é antigo, mais de 20 anos, e agora está sendo descoberto por uma ação do próprio Governo Federal. Concordo com V. Exa., não importa onde está a corrupção, se é deste ou daquele partido. Estamos absolutamente contra, independentemente do partido, e cerramos fileira com aqueles que querem defender a coisa pública, exigindo a transparência.

Agora a questão de Minas Gerais: o que aconteceu com o IDH-14? Faltava ação política. Bastou que alguns Deputados sensíveis fossem ao Governo Federal, e os recursos já começaram a chegar. Na questão da segurança pública, Minas Gerais deixou de receber recursos, porque não apresentou projeto.

Por que não chega o dinheiro? Porque falta governo. Isso que V. Exa. vai fazer, quero dizer desde já, o PSDB já tem acertado um encontro com o Presidente da Câmara, que é do PSDB, Deputado Aécio Neves, que já se posicionou contrário, e a Bancada do PSDB vai ter uma audiência para reivindicar aquilo que o Governo não faz, pela sua incompetência e inaptidão.

Mas nós, Deputados Estaduais, vamos fazer. Se há esse interesse de V. Exa., junte-se a nós, como todos os partidos que representam Minas Gerais e sofrem nas ruas a realidade. Porque quem fala aos senhores é alguém que foi criado numa favela. Conheço a realidade da favela, fui criado ali. E, para esse problema, falta uma ação desse Governo. Tenho a certeza de que, junto conosco, incluindo V. Exa. e outros Deputados que queiram ir a Brasília, certamente o Deputado Aécio Neves estará nos apoiando.

O Deputado Aécio Neves será homenageado por esta Casa em 23 de abril, na segunda-feira. Vamos lá e tenho a certeza de que esses recursos virão. Já que o Poder Executivo não faz, o Poder Legislativo vai fazer. Somos os legítimos representantes do povo, estamos sensíveis e vamos agir politicamente. Tenho a certeza de que esses recursos virão.

Agora, infelizmente percebemos uma ineficiência desse Governo.

O Deputado Sargento Rodrigues - Respeitamos a opinião do Deputado Miguel Martini e suas considerações, mas discordamos quando diz que o Governo Itamar Franco é ineficiente. Se formos também ativar a memória do povo mineiro, vamos ver que lá atrás houve mais estragos feitos no Governo anterior e que, felizmente, o Governo Itamar Franco tem tentado recompôr os cacos deixados no Estado de Minas Gerais. Doutor Viana, tivemos coisas pequenas como R\$1.500.000.000,00 desviados do IPSEMG, como o próprio Deputado João Leite disse. Temos de apurar fundo.

Esse mesmo Governo Azeredo, que o Deputado Miguel Martini apoiou, também cometeu desvio no IPSM de quase R\$1.000.000.000,00.

Mas não ficou só nisso: sucateou a educação. O Sr. Walfrido dos Mares Guia, ex-Vice-Governador e responsável pelo setor de educação, sucateou o ensino público estadual. Sabemos disso, porque temos contato permanente com professoras e diretoras de escolas públicas estaduais no interior.

E não ficou só nisso: entregou 1/3 da CEMIG, o qual o Governador Itamar Franco, com firmeza, com muita competência e por meio do órgão competente da Procuradoria-Geral do Estado, reconquistou, pela forma legal e legítima.

Então, discordo do Deputado Miguel Martini quando coloca o nosso Governador nessa posição. Tenho por esse um grande apreço, porque é um homem de coragem. Resgatou a dignidade dos servidores da segurança pública e vem resgatando a dignidade dos servidores estaduais. Já fez muito pelo Estado e - tenho certeza - muito ainda vai fazer.

O Deputado Doutor Viana (em aparte)\* - Deputado Sargento Rodrigues, mais uma vez parabeno V. Exa. pelo pronunciamento e pelo trabalho nesta Casa.

Gostaria de dizer que nós nos assustamos com as notícias de que, até agora - ainda não são as cifras finais -, só na SUDAM, são US\$1.000.000.000,00. Isso é muito dinheiro. Por que o Senado e a Câmara Federal não querem a apuração dessa situação? Precisamos apurá-la, sim. Não é possível o parlamento federal ficar submisso ao Executivo em troca de benesses, de negociações, de favorecimentos.

Esse é um exemplo das falcaturas que vêm acontecendo no Governo Federal. O próprio parlamento, que tinha a obrigação de investigar, submete-se às negociações, para arquivar o processo de investigação ou usar artimanhas, como assinar o pedido, dar a volta e pedir aos outros que não assinem, para não dar número.

Enfim, parabeno-o pelas denúncias. Temos que ir lá e brigar pelos recursos para a favela e para que os Deputados de Minas Gerais peçam a CPI.

O Deputado Sargento Rodrigues - Agradecemos o aparte do Deputado Doutor Viana, companheiro da região de Curvelo.

O editorial do dia 9 de abril do "Estado de Minas" publica: "O FMI manda, o Governo obedece". Sabemos o que o FMI tem imposto ao Governo Federal, que vem rezando, há anos, pela cartilha do capital especulativo, daqueles que vêm ao Brasil, aplicam e levam milhões de reais da noite para o dia e, depois, vão embora.

Esse editorial diz: (- Lê:) "Conforme reportagem publicada ontem, no 'Estado de Minas', a falta de investimentos na geração de energia elétrica deveu-se ao acordo com o FMI, que impediu, ao longo dos últimos anos, a aplicação de recursos no setor. Isso sob a bandeira da contenção de gastos. O argumento principal era de que o país não poderia aumentar sua dívida pública. A análise míope dos técnicos do FMI e a falta de sensibilidade do governo brasileiro deixaram a situação ficar crítica".

Esse é o Governo FHC, que deixa o FMI impor suas regras ao País. Ai, sim, quero concordar com as palavras do Prefeito Célio de Castro, que disse que acaba-se cometendo devastação social. No sétimo ano de Governo FHC, o que estamos vendo é uma devastação social, porque não sobra dinheiro para investir no social.

Concordo, também, com o Deputado Miguel Martini: o Presidente vem engatinhando com o plano de segurança pública em nível nacional. Acredito que, se o Presidente tivesse investido na educação, na saúde e na geração de empregos, com certeza, hoje não deveria estar com essa dívida, investindo no Plano Nacional de Segurança Pública; não precisaríamos fazer com que as crianças voltassem aos bancos de escola e tivessem mais saúde. Mas, acima de tudo, é preciso fazer com que o País tenha capacidade de gerar empregos.

Infelizmente, isso não acontece. Retomando as denúncias de corrupção neste Governo, que são muitas, fiz um apelo durante um debate com os demais Deputados: façamos grande mobilização popular, marcha em direção a Brasília, a fim de exigir que a CPI da corrupção seja instaurada. O Governo Fernando Henrique criou a Corregedoria-Geral da União, tentando ludibriar o povo, desviando sua atenção, ao alegar que essa entidade conseguiria apurar os desvios dos órgãos federais. Se houver Deputado Federal, Senador ou Ministro envolvidos, a Corregedoria terá competência para apurar? Não, Sr. Fernando Henrique. O que V. Exa. deseja, mais uma vez, é jogar a sujeira para debaixo do tapete, enganar o povo brasileiro, fazendo com que a CPI da Corrupção não seja criada, aquela CPI que os Deputados tanto queriam para apurar as denúncias do caso TRT, em que estavam envolvidos o Sr. Eduardo Jorge, Secretário-Geral da Presidência, e o Juiz Lalau, no desvio de R\$170.000.000,00.

Como relator da Comissão Especial das Multas, estamos tomando conhecimento das bandalheiras feitas com o dinheiro público, o desrespeito para com o contribuinte, as estradas cheias de buracos, como foi denunciado, ontem, pelo Deputado Chico Rafael, que fez excelente exposição. Conforme estamos apurando, o DNER nada está fazendo, mas deixa ao livre-arbítrio das empresas privadas a operação dos radares das rodovias mineiras. Além disso, paga R\$55,50 a cada multa registrada. Isso é um absurdo. O povo está morrendo nas estradas, que estão cheias de buracos. No entanto, aquele órgão sequer tem competência ou capacidade para fiscalizar os radares ou a aplicação das multas.

Recebemos, no decorrer dos trabalhos da Comissão, várias multas. Constatamos que o DNER está emitindo multas que serão cometidas daqui a quatro ou cinco dias. Sabia que esses radares são bons, mas não sabia que são videntes, operando por premonição, possuindo bolas de cristal, sabendo que o motorista do veículo tal, na rodovia tal, no dia e no horário tal, cometerá infração, ultrapassando a velocidade permitida.

Por tudo isso, pelo desvio de dinheiro para Bancos privados pelo PROER, pelo caso SIVAM, pelo caso da SUDENE, pelo caso da SUDAM, pela reeleição, pela CPI da Corrupção, precisamos mobilizar o povo brasileiro e as lideranças políticas, a fim de realizar aqui o mesmo que foi feito na Itália, com a Operação Mãos Limpas. Envolveremos o Ministério Público, os Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo para limpar do País tanta bandalheira, principalmente no Governo Fernando Henrique, um impatriota, que deveria estar preso por tanto mal cometido contra a Nação brasileira. Obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

## COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

### COMUNICAÇÃO

- O Sr. Presidente despachou, em 18/4/2001, a seguinte comunicação:

Do Deputado Marcelo Gonçalves, dando ciência à Casa do falecimento do Sr. Flávio Renan Xavier, ocorrido em 16/4/2001, em Pedro Leopoldo. (- Ciente. Oficie-se.)

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 17/4/2001, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, 1.576, de 15/12/98, e 1.993, de 20/2/2001, observadas as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 1.603, de 1999, 2.011, 2.020, de 2001, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

#### Gabinete do Deputado Álvaro Antônio

exonerando Isabel Magalhães Vecchio do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;

nomeando Gerson de Castro Filho para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Arlen Santiago

exonerando Gonçalo Lincoln Gonçalves Júnior do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;

nomeando Selma Aparecida de Moraes para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Kemil Kumaira

exonerando Mara Lúcia Picorelli Santos do cargo de Técnico Executivo Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.767, de 11/5/89, assinou o seguinte ato:

nomeando Mara Lúcia Picorelli Santos para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Parlamentar, padrão AL-25, código AL-DAI-1-05, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria.

#### Aviso de Licitação

Processo Licitatório nº 14/2001

Convite nº 10/2001

Objeto: aquisição de 1000 doses de vacina antigripal, apresentadas em 100 frascos/ampolas - Licitante vencedora: Aventis Pasteur Ltda.

#### EDITAL DE CHAMAMENTO

Comissão de Processo Administrativo

Nos termos do art. 248 da Deliberação da Mesa nº 269, de 1983, fica o servidor Edilson de Souza Moreira, matrícula nº 5609-0, convocado a comparecer à Procuradoria-Geral da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, sita na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, 12º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, MG, no dia 14/5/2001, às 15 horas, para

prestar depoimento no processo administrativo contra ele instaurado sob a acusação de estar em abandono de função pública, bem como para acompanhá-lo até o final.

Belo Horizonte, 17 de abril de 2001.

Carlos Frederico Gusman Pereira, Presidente da Comissão de Processo Administrativo.

## ERRATA

ATA DA 231ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 17/4/2001

Na publicação da matéria em epigrafe, verificada na edição de 19/4/2001, na pág. 30, col. 1, na parte destinada a resumo de ofícios, onde se lê:

"Da Sra. Carmen Lúcia Miranda Silvera, Coordenadora-Geral de Convênios da Fundação Nacional de Saúde (2), encaminhando cópias de documentos referentes aos Convênios nºs 46 e 661/2000.", onde se lê:

"Da Sra. Carmen Lúcia Miranda Silvera, Coordenadora-Geral de Convênios da Fundação Nacional de Saúde (3), encaminhando cópias de documentos referentes aos Convênios nºs 46, 421 e 661/2000."